

12 Setembro 2016
Segunda-Feira
Semanário - Ano 1
Nº 26 / kz 400
Director-Geral
Evaristo Mulaza

Pólos industriais custam 5,6 mil milhões USD

A infra-estruturação dos 22 pólos industriais do país custa cerca de 5,6 mil milhões de dólares. Os cálculos são apresentados por Luís Ribeiro, coordenador da Comissão de Gestão do pólo de Viana, que indica que, para o caso da unidade que gere, os custos estão em 300 milhões USD. Pág. 8



A PROPÓSITO DO DESMENTIDO DA PETROLÍFERA PÚBLICA

Relatório interno atesta dívida da Sonangol

Após o desmentido da petrolífera pública, na sexta-feira, 2, a propósito de uma matéria do VALOR que dava conta de uma dívida próxima dos 1,2 mil milhões de dólares da Sonangol Holdings ao Banco Millennium Atlântico, o jornal traz novos dados do relatório interno do BMA, na sua posse, que atestam o saldo do empréstimo, pelo menos até Abril deste ano. Pág. 16

HENDA INGLÊS ANUNCIA MEDIDAS

ISEP critica auditores das empresas públicas

ENTREVISTA. O PCA do Instituto para o Sector Empresarial Público questionou a qualidade de alguns serviços de auditoria, prestados às empresas públicas, e que continuam a ser realizados de forma sistemática “por culpa” da ausência de uma regulamentação da Lei. O gestor anunciou que a Ordem dos Contabilistas de Angola deverá ser chamada para “limar as falhas” ainda existentes. Págs. 4 a 6



Mário Mujeres © AE



EXPORTAÇÃO DE CRUDE EM OUTUBRO

Angola regista maior queda desde 2011

PETRÓLEO. Os 47 carregamentos de petróleo previstos para o próximo mês de Outubro e que totalizam 47,3 milhões de barris representam a maior queda nas exportações desde Junho de 2011, mês em que foram transportados de Angola cerca de 47,1 milhões de barris. Desta vez, em causa está a manutenção do campo ‘Dália’, no Bloco 17. Pág. 10

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0)▲ EUR 186,7 Kz (+0,5)▲ LIBRA 222,3 Kz (+4,1)▲ YUAN 24,9Kz (+0)▲ RAND 11,7 Kz (+0,3)▲

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



ESCLARECIMENTOS

Na última sexta-feira, 2 de Setembro, o VALOR foi alvo de um desmentido da Sonangol, a propósito de uma matéria publicada na edição número 23, de 22 de Agosto. O ortigo, objecto do comunicado da petrolífera pública, reportava uma dívida de cerca de 1,2 mil milhões de dólares da empresa estatal junto do Banco Millennium Atlântico, através da Sonangol Holdings, a sua gestora de participações. No comunicado, repetido por alguma imprensa, a petrolífera optou deliberadamente por ocultar o nome do órgão que divulgou a matéria. Por isso, e antes de mais nada, voltamos a esclarecer. Foi o jornal Valor Económico que trouxe a informação à estampa. Mas vale a pena acrescentar outro esclarecimento. O jornal só não pôde reagir no seu último número, de 5 de Setembro, porque, infelizmente, a edição impressa já estava fechada no momento em que os portais começaram a divulgar o comunicado da petrolífera pública. Claro que fica, automática e paradoxalmente, explicado que ao jornal que divulgou a matéria contestada não foi enviado o comunicado.

Desmanchemos agora os factos. Sugerir que o jornal teria



simplesmente inventado os números, para embarcar na especulação gratuita, é, no mínimo, surreal, na ausência de outro adjetivo. Rotular o jornal, com epítetos de falta de rigor, é, pelo menos, grosseria, para não dizer irresponsabilidade.

Está tudo mais do que claro. Como refere a matéria do dia 22 de Agosto e como reitera o texto desta edição (na página 17), o jornal teve acesso a relatórios do banco. Está na posse desses documentos. Trata-se de documentação oficial, com a assinatura de vários responsáveis da instituição bancária. Mas, ainda assim e precisamente pelo rigor que por simples soberba não nos é reconhecido, contactámos a Sonangol, antes de divulgar a notícia. Demos a conhecer que tínhamos os dados e que precisávamos dos comentários da petrolífera pública. Em troca, não nos chegou qualquer resposta.

O porquê só a própria Sonangol pode esclarecer. Mas não foi apenas isso. Outras instituições interessadas na matéria também foram contactadas. A atitude foi a mesma. Escusaram-se, no todo, a comentar os factos. Por razões, mais uma vez, que não nos cabe explicar.

Há mais. O rigor que, por mera altivez, não nos é admitido é o mesmo que nos levou a olhar para o manancial de informação na nossa posse e, através de critérios editoriais, divulgar apenas o que julgamos de interesse público. E sobre este ponto específico – o do interesse público – declinamos qualquer debate com qualquer um em quem não reconhecemos o mérito da causa. Incluindo com alguns congéneres que manietam o espaço da filosofia editorial, para confundir o exercício da intermediação jornalística com a inebriação elitista. Para o nosso entendimento, quaisquer factos relevantes que digam respeito à saúde ou aos negócios de qualquer instituição com pertinência económica, política ou social farão sempre parte da esfera do interesse público. Não interessa que a instituição seja pública ou privada. E isto não quer dizer outra coisa, senão exercício do jornalismo. Apenas isso. É assim que se faz. Somos um jornal de uma única causa. A causa do jornalismo. O resto é imaginação de cada um.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral-Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico e chefe de produção: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Secretária de Redacção: Lúcia de Almeida

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente de Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão, Nelson Manuel e Valdimir de Almeida

Departamento comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721; **Nº de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514

email: administracao@gem.co.ao

A semana

05

3 PERGUNTAS A...



Francisco Paulo

Economista

O número de bancos autorizados no sistema bancário nacional cresceu para 30. Que vantagens, este novo quadro poderá acarretar para o sector?

Com a entrada destes novos bancos, no curto prazo, pode esperar-se um aumento na oferta de serviços bancários e da concorrência dentro do sistema bancário nacional.

Que segmentos bancários seriam mais adequados para a promoção do investimento interno?

O sistema bancário tem a responsabilidade de garantir o financiamento à economia, em especial ao sector produtivo que tem o potencial de gerar emprego e riqueza para o país. Os bancos comerciais podem muito bem explorar o segmento de investimentos caso o desejem. Mas estamos num país onde se procuram lucros imediatos, o que faz com que alguns bancos prefiram não alocar fundos suficientes para o investimento no sector produtivo.

O Governador do BNA apelou, recentemente, para a necessidade de fusão de bancos, ao contrário da entrada de mais bancos. Qual é a sua opinião?

O governador, com certeza, está preocupado com a solidez e a robustez que a fusão de bancos pode conferir ao sistema financeiro nacional. A existência de muitos bancos, por si só, não apresenta riscos desde que os mesmos cumpram com a legislação e com as regras.

TERÇA-FEIRA

A directora de lojas da Unitel, Lorena Fernandes, informou que a operadora está com dificuldades para importar telefones e acessórios, devido à escassez de divisas. A responsável falava à imprensa, à margem da inauguração da primeira loja iPlace, destinada à venda de produtos Apple no país.

QUARTA-FEIRA

As empresas estrangeiras do segmento dos transportes aéreos vão estar obrigadas a apresentar as respectivas tarifas ao Ministério dos Transportes, indica uma medida, aprovada a semana passada pelo Conselho de Ministros, que resulta da aprovação do regulamento sobre o transporte aéreo.

QUINTA-FEIRA

A Direção Nacional dos Grandes Contribuintes da AGT prevê arrecadar, até ao final do ano, três biliões de kwanzas, o que representa 85% do total das receitas do organismo, informou o director Cláudio Paulino dos Santos.



SEGUNDA-FEIRA

A ministra da Indústria, Bernarda Martins, anunciou que a produção de farinha de trigo nacional está prevista para arrancar no primeiro trimestre de 2017, em Malanje. O objectivo, segundo a ministra, é reduzir a necessidade de importação deste produto. A previsão é de que sejam produzidas anualmente, cerca de 400 mil toneladas, para abastecer o mercado nacional.

SEXTA-FEIRA

O ministro da Construção, Waldemar Pires Alexandre, anunciou, na semana passada, em Luanda, que 112 quilómetros de estradas serão reabilitadas, em Luanda, no âmbito do Programa Operacional da Linha de Crédito da China.

SÁBADO

O governador de Luanda, Higinio Carneiro, procedeu ao lançamento da primeira pedra do condo-hotel (condomínio-hotel), em construção na urbanização Boa Vida. O governante considerou o empreendimento como uma experiência nova.

DOMINGO

A carteira de crédito da Micro Capital, uma instituição nacional de microcrédito, é de 400 milhões de kwanzas, 56% dos quais consagrados a projectos de empreendedorismo, anunciou a directora da empresa, Liliana Ferreira.



COTAÇÕES



MERCADOS ENTRE A FED, PYONGYANG E DRAGUI

À hora do fecho dos principais mercados, o vermelho era a tónica mais comum, sendo as excepções o Hang Seng e o Nikkei. Nos EUA, a expectativa da subida de juros, pré anunciada pela Reserva Federal Americana, e, mais tarde, as notícias do novo teste nuclear da Coreia do Norte ditaram a fuga dos investidores. Enquanto na Europa o anúncio de Mario Dragui de que o Banco Central Europeu vai manter a taxa de juro nos 0% pôs fim ao positivismo de até 4ª feira.



PSI20 ARRASTADO POR DECEPÇÃO EUROPEIA

O PSI20 fechou a semana no vermelho ao arrasto da decepção dos investidores com a falta de medidas de estímulo por parte do BCE. A EDP (-3,30%), a Sonae (-2,47%) foram os títulos mais penalizados. Em contraciclo esteve o BCP que valorizou mais de 1%. O petróleo que tinha novamente alcançado os 50 dólares por barril, voltou a fechar a semana abaixo da marca depois da redução prevista de stocks futuros ser ligada à previsão da tempestade tropical 'Hermine'.

Entrevista

HENDA INGLÊS, PCA DO ISEP

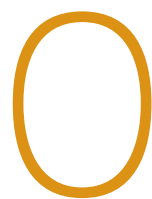
“Temos consciência de que há ainda algum trabalho por fazer”

Presidente do conselho de administração do Instituto para o Sector Empresarial Público anunciou, em entrevista, o estabelecimento de uma parceria com a Ordem dos Peritos e Contabilistas de Angola para melhorar a auditoria prestada às empresas públicas. O gestor admite que o trabalho que tem sido feito, até ao momento, ainda contém inúmeros erros.



Mário Mujetes © VE

Por António Nogueira



Instituto para o Sector Empresarial Público homologou as contas de 29 empresas públicas, oito das quais sem

reservas e 21 com reservas. Estes resultados satisfazem as metas perspectivadas?

Claro que não! Mas satisfaz o facto de, mais uma vez, termos conseguido realizar o trabalho que nos

propusemos fazer. Temos consciência de que há algum trabalho ainda por fazer por parte das empresas públicas. Como disse na apresentação, há alguns factores que obstam a eliminação dessas reservas, que não são do controlo dos órgãos de gestão das empresas públicas. Há aquelas situações que são, de facto, do controlo das empresas públicas e, nós (ISEP), fizemos questão de chamar a atenção às empresas, sobretudo nos casos que têm que ver com a confirmação de saldos, de clientes e de fornecedores. Não compreendemos que empresas que fazem auditorias há cinco anos e que mandam cartas para clien-

tes e fornecedores não obtêm respostas por parte destes últimos. Ainda assim, continuamos a manter os saldos na contabilidade e, mais do que isso, a realizar negócios com essas empresas. Portanto, o nosso recado, para as empresas que estão nessa situação, é de que tratem de regularizar.

Durante a apresentação das contas das empresas do sector empresarial público, falou da existência de alguns auditores com credibilidade duvidosa e que, ainda assim, continuam a trabalhar com algumas empresas. Como o ISEP pensa pôr cobro a esta situação?

Primeiro, dizer que a Lei do sector empresarial público ainda não está regulamentada. Entretanto, quando assim for, vai permitir determinar o tempo para a manutenção dos auditores nas empresas do sector empresarial público. Este ano já fizemos recomendações neste sentido e uma boa parte das empresas vai ter de trocar de auditores a ver se mantemos crescentes os níveis de qualidade da informação que é reportada nas demonstrações financeiras. Quanto à questão referente ao trabalho com os auditores, como sabe, em qualquer profissão (e a auditoria não é excepção) apesar de haver esforços, às vezes, não há

capacidade para se fazer um trabalho com o nível de exigência que se quer. Mas é um trabalho que vamos fazer conjuntamente com a Ordem de Peritos e Contabilistas de Angola e também tudo isso é um processo. Somos um país novo e, nalgumas profissões, como neste caso, há um caminho longo a percorrer. Portanto, precisamos de fazer um trabalho profundo neste sentido com a ajuda de todos.

Falou que a Lei do sector empresarial público ainda não está regulamentada. Quando é que esse passo deverá ser concretizado? O programa do Governo deste ano

“Uma boa parte das empresas vai ter de trocar de auditores, a ver se mantemos crescentes os níveis de qualidade da informação.”

prevê aprovar este regulamento. Se a memória não me atraiçoa, a apreciação desse documento no Conselho de Ministros ou pela Comissão Económica está prevista para Outubro.

Em 2015, o ISEP levantou a preocupação sobre a necessidade de as empresas públicas terem de chegar até 2017 com as contas homologadas sem reservas. Este desafio se mantém?

Este é um compromisso do Estado. Está no Plano Nacional de Desenvolvimento 2012-2017. Nós, como funcionários públicos e responsáveis de uma instituição pública, temos por simplesmente de cumprir com essas determinações. Estamos engajados e empenhados a realizar esse desiderato. Estamos, neste momento, com o indicador de 70% relativamente ao nível de prestação de contas, mas só é possível se houver condições, por um lado, e trabalho e engajamento de todos, por outro.

Falou em falta de condições. Quais são as grandes dificuldades que a instituição enfrenta?

Contrariamente a percepção geral existente, o ISEP não dispõe de recursos, equipamentos e meios em quantidades suficientes para a realização eficaz do seu objecto social. Os recursos disponibilizados anualmente pelo OGE não cobrem as despesas mínimas de bens de consumo corrente e investimento. O espaço físico existente é insuficiente para as necessidades da instituição e com condições pouco dignas para o desenvolvimento de uma actividade intelectualmente exigente como a nossa. Existe um elevado défice de recursos humanos, com particular realce para o departamento de acompanhamento das empresas públicas em que existem apenas seis funcionários, incluindo o chefe de departamento para acompanhar um total de 105 empresas que compõem o sector empresarial público. Isto dá um rácio de 1 para 12,5%. Acrescido a este facto, não existem sistemas de aplicações que permitiriam fazer um trabalho de forma mais automática.

Disse que, nos próximos tempos, deverá haver a necessidade de se interpretarem melhor os resultados financeiros das empresas.

“Não compreendemos que empresas que fazem auditorias há cinco anos e que mandam cartas para clientes e fornecedores não obtêm respostas por parte destes.”

“A Lei do sector empresarial público ainda não está regulamentada. Ela vai permitir determinar a manutenção dos auditores nas empresas do sector público.”

70%

É o indicador percentual do nível de prestação de contas das empresas do sector empresarial público.

O que isso poderá significar, em termos concretos?

O que disse foi uma clarificação do propósito subjacente ao acto de homologação de contas, que são, sobretudo, as contas das empresas que são apresentadas pelos órgãos de gestão das empresas públicas. Vale referir que não se deveria fazer confusão, sendo que o acto de homologação de contas não quer exactamente transmitir a ideia de que as empresas teriam uma situação financeira boa ou que tivessem a desempenhar as suas actividades de forma eficaz, eficiente e efectiva. São coisas totalmente diferentes. A única coisa que estamos a dizer é que reconhecemos que as contas apresentadas pelos órgãos de gestão das empresas, como sendo aquelas que reflectem a situação económica e financeira das empresas e desempenho das suas operações para o ano de 2015.

Um outro desafio acometido ao ISEP tem que ver com o processo de extinção e privatização de empresas. Há também dificuldades a este nível?

O Instituto está igualmente envolvido no processo de extinção e liquidação de cerca de 47 empresas do sector empresarial público extintas e para a qual ainda não temos as condições de trabalho. Estes constituem os principais pontos fracos da nossa organização, a razão por que não somos mais

CONTINUA NA PÁG. 6



Mário Mujetes © VE

“Estamos, neste momento, com o indicador de 70% relativamente ao nível de prestação de contas.”

PUB

www.macontransp.com

macon
Seu Destino, nosso Objectivo

pl@macon.com.br

Aluguer, Fretamento & Turismo

A Macon Transportes está presente por toda Angola, excepto Cabinda, transportando pessoas para lazer ou trabalho há mais de 14 anos.

Realizamos os serviços de Aluguer, Fretamento e Turismo, para atender viagens de passeios, negócios e encontros diversos, além de soluções customizadas e adequadas para o transporte de funcionários de empresas entre suas casas e locais de trabalho.

Disponos de estrutura própria de atendimento e a frota mais nova do país, monitorada via satélite que significa maior segurança e pontualidade durante as viagens.

Fretamento

Urbano

Conforto para todo tipo de Viagem

Turismo

Autocarros Monitorados Via Satélite

A Macon têm as melhores opções para suas necessidades em Transporte, com serviços diferenciados com foco total no Conforto, Segurança e na Qualidade.

comercial@macontransp.com
923 61 61 58 / 226 21 35 04

Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

eficazes, eficientes na realização da nossa missão. As nossas forças são o entusiasmo, a determinação, a dedicação é o foco com que conseguimos os resultados programados. Fazemos sempre o melhor com o que temos. Mas, apesar de todos os constrangimentos que enfrentamos, vamos continuar a fazer o nosso melhor.

Qual é o ponto de situação que faz sobre o processo de extinção e privatização, em particular?

Fomos orientados a realizar, num período máximo de dois anos, a liquidação de cerca de 47 empresas do Estado que se encontravam em situação de falência técnica. Estamos a realizar este trabalho com os recursos que temos.

Tivemos de engajar toda a instituição nesse processo, apesar de o modelo aprovado para realizar a liquidação das empresas em referência, no período estabelecido, envolver a disponibilização de recursos para a criação das condições necessárias para se efectuar o trabalho. Isto, como pode compreender, é um trabalho muito complexo. Estou a falar de um número muito elevado de empresas, de sectores muito dispersos e de empresas que tinham actividade e património espalhado pelo país e também com elevado número de trabalhadores. Nós estimamos que estariam envolvidos, na altura, cerca de sete mil trabalhadores que, neste momento, têm a expectativa, por um lado, de ter a sua situação regularizada junto da segurança social, porque alguns descontaram ao longo da sua vida de trabalho activo na segurança social; outros nem por isso; uns descontaram e as empresas não puderam, por razões de vária ordem, efectuar pagamentos.

O processo de extinção e privatização vai continuar este ano?

Precisamos, primeiro de corrigir essa informação toda, tratar e validar. Como pode compreender, é um volume de informação muito elevado que requer força capacitada e totalmente engajada nessa tarefa. O que quero dizer é que o trabalho está a correr, temos de fazer alguns ajustes. Neste momento, temos já recolhidas informações

sobre as dívidas com os fornecedores, sobre a situação dos bancos relativamente ao exercício que finda a 31 de Dezembro de 2015. Já recebemos também a informação da segurança social relativamente à situação contributiva daquelas empresas. Precisamos agora de estreitar contactos com outras entidades para, como referi, analisar e tratar da informação. Mas o trabalho está em curso.

E os processos antigos, em que já houve caso de empresas extintas e privatizadas. Já não há pendentes a tratar?

O ISEP está, neste momento, envolvido na regularização de processos que já iniciaram há muito tempo. Portanto, o processo tem várias fases e estamos a regularizar. Isso pressupõe cobrar os valores devidos ao Estado, regularizar o património. Muitos dos patrimónios não estão regularizados e isso é um grande empecilho ao processo de privatização. O Estado vendeu muito património, na altura, unidades de pro-

2017

Ano definido como meta para que as empresas públicas apresentem contas homologadas sem reservas.

47

Quantidade de empresas que o ISEP tem sob sua alçada para dar cumprimento ao processo de extinção e liquidação.

17

Milhões de dólares é o valor aproximado das receitas arrecadadas pelo ISEP, no ano passado, fruto de processos de alienação de empresas.

Mário Mujica © VE



PERFIL

Licenciado em Economia pela Universidade de Cape Town (UCT), África do Sul, Henda Esandju Nicolau da Silva Inglês possui igualmente formação nas áreas de auditoria interna e externa, tendo também participado de alguns programas de formação em alta direcção de empresas, organizados por instituições como a Ernst&Young e a escola de direcção e negócios, AESE, em Angola, Portugal e Espanha. No domínio profissional, já ocupou cargos de relevo em empresas como a Consult Lda, Ernst&Young como consultor e auditor, respectivamente. Como auditor, já prestou igualmente serviços para o Banco Comercial Angolano (BCI). É presidente de Conselho de Administração do Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP), desde Março de 2010.

dução de empresas estatais. E esse património já vinha de empresas que foram nacionalizadas e que, entretanto, não estão ainda em nome do Estado.

Vender e finalizar processos de privatização nessas condições requer, primeiro, passar em nome do Estado o património objecto de venda, para, depois, fazer a escritura pública. É um trabalho muito exigente e, como referi, é feito por um número de pessoas muito reduzido. Estaremos, em princípio, também envolvidos na privatização de outras empresas que o Estado definir privatizar, dado que é nossa missão e cai no âmbito da nossa missão dar tratamento a essas matérias.

Em quanto é que o Estado terá já sido beneficiado com o processo de alienação de empresas?

No ano passado, devemos ter arrecadado cerca de 17 milhões de dólares, mas é preciso compreender que muito dos pagamentos são faseados. Isto não quer dizer que não corresponde ao valor da transacção. Posso, por exemplo, vender um património por cinco milhões de dólares e os pagamentos correspondentes ao valor dessa transacção serem feitos em três prestações. Acontece, por exemplo, que neste ano vou receber um milhão, não quer dizer que as transacções renderam ao Estado somente este valor. Há muitos processos que iniciaram há muito tempo e os pagamentos têm estado a ser, nalguns casos, feitos de forma parcial.

Quantos trabalhadores terão sido já indemnizados, tendo em conta os processos de extinção de empresas anteriores?

Temos recebido reclamações nesse sentido, só que temos de validar primeiro o mérito dessas reclamações. Há reclamações que realmente são justas, mas há outras que não, mas isto é visto caso a caso. Estamos a avaliar todas, essas situações. Ainda não chegamos à conclusão. Há casos, por exemplo, de pessoas que reclamam, junto da segurança social, salários de 23 anos e, entretanto, durante esse tempo, está a trabalhar noutra empresa. Portanto, o tratamento dessas reclamações, serão feitas com base na razoabilidade e na Lei.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**3716 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

ATÉ JULHO 2016

**A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO
E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Economia/Política

VIANA NA LINHA DA FRENTE COM 600 EMPRESAS

Infra-estruturação dos pólos poderá consumir mais de 5 mil milhões USD

INDUSTRIALIZAÇÃO. Infra-estruturação de pólos industriais do país, num total de 22, necessita de 5,6 mil milhões de dólares, segundo o coordenador da Comissão de Gestão do pólo de Viana, Luís Ribeiro, ao VALOR. Por enquanto, o de Viana está na linha da frente com cerca de 600 empresas já instaladas.



A infra-estruturação total do Pólo de Viana poderá custar ao Estado 300 milhões de dólares

Por José Zangui

A

infra-estruturação do Pólo Industrial de Viana, com cerca de dois mil e 700 hectares, poderá custar aos cofres do Estado quase 300 milhões de dólares. O coordenador da Comissão de Gestão do Pólo de Viana, Luís Ribeiro, explicou que a infra-

estruturação de um pólo pode custar entre 30 e 40 dólares por metro quadrado, ou seja, 300 a 400 mil dólares por hectare.

A infra-estruturação de todos os pólos industriais de Angola, num total de 22, necessita de 5,6 mil milhões de dólares.

No pólo de Viana estão já instaladas cerca de 600 empresas a operar em diversos domínios. São exemplos empresas de cimento e seus artefactos, alumínio, indústrias alimentares, armazéns, bancos, entre outros serviços.

De acordo com Luís Ribeiro, o

pólo de Viana “é uma área muito vasta e que precisa de muito dinheiro para se tornar numa infra-estrutura de relevo. “Apesar de já existir muito trabalho feito:

600

Empresas já estão instaladas no pólo Industrial de Viana, mas ainda há espaço para outros investidores.

quanto à electricidade, já há muitos cabos lançados, muitas ruas abertas e avenidas principais que dão acesso à zona. Isso quer dizer que já há muito trabalho feito, que pode baixar os preços-base”, sublinhou. Segundo o responsável “há várias propostas de empresários interessados”, sem quantificar.

A água e a energia, constrangimento que têm sido apresentado pelos investidores, estão a ser acauteladas, em todos os pólos, uma parceria entre a gestão dos pólos e o Ministério da Energia e Águas, ou seja, nos 22 identificados. O gestor

do pólo de Viana, anunciou estar em estudo a construção de uma subestação para a distribuição de energia eléctrica. E vai entrar em funcionamento uma girafa onde as empresas poderão abastecer por meios próprios, assim como haverá camiões para abastecer aquelas empresas que não tiverem meios próprios.

Para conseguir um espaço num dos pólos, é necessário uma carta de solicitação, documentos da empresa e memória descritiva do projecto. Paga-se também um valor cuja nova tabela com preços está por ser aprovada.

Nova infra-estrutura à vista



MALHA RODOVIÁRIA

Acesso ao novo aeroporto custa 695 milhões USD

O contrato de empreitada para a construção da rede de estradas de acesso ao novo Aeroporto Internacional de Luanda vai custar 695,114 milhões de dólares, de acordo com um despacho Presidencial.

O documento, de 5 de Setembro, indica que, do valor em causa, 638

milhões de dólares servirão para custear os trabalhos de ligação do novo aeroporto à via expressa, enquanto os restantes 56 milhões vão ser destinados aos trabalhos de reabilitação e ampliação do troço A4- via expressa.

O Presidente autorizou o ministro dos Transportes a celebrar o con-

trato da empreitada com a empresa China Tiesiju Engineering Group Co, Ltd, tendo autorizado também o Ministério das Finanças a proceder o enquadramento dos contratos das facilidades de crédito com instituições chinesas e a assinar os acordos individuais de crédito.



A DIRECÇÃO da Hotelaria e Turismo do Bengo quer colaborar com as administrações municipais e comunais para instituir a cobrança de taxas sobre a frequência dos locais turísticos, anunciou o director local da instituição, Manuel Fernando.



OS TRABALHADORES domésticos passam, a partir de Janeiro do próximo ano, a ter os mesmos direitos que os demais. A nova lei aprovada obriga o pagamento de segurança social aos trabalhadores da classe.

FEIRA NO KWANZA-SUL

Tecnologias agrícolas e de pesca em exposição

EXPOSIÇÃO. Município da Kibala, Kwanza-Sul, acolheu fornecedores de equipamentos agrícolas, clientes e visitantes, numa feira que durou três dias, por iniciativa da Nova Agrolíder e Eventos Arena.

Por António Miguel

Pelo menos 50 expositores participaram na Feira Agroindustrial e Pescas do Kwanza-Sul (FAPECS), que decorreu durante três dias (de 8 a 10 de Setembro), no município da

Kibala. Além de empresas ligadas à agricultura e pescas, estiveram presentes instituições bancárias, como os bancos Caixa Angola, BIC e Keve.

Marcas estrangeiras também estiveram representadas. “Esta segunda edição foi uma evolução em relação à primeira, porque o objectivo foi o de fazer esta feira nas fazendas. Neste caso, na Fazenda da Novagrolíder, onde podemos observar ‘in loco’ sementeiras de várias plantações, mas também colheitas mecânicas e

vários processos até ao embalamento dos produtos, como é o caso da linha mecânica da cenoura”, apontou o director do FAPECS, Manuel Novais.

Outro dos objectivos da feira passou pela apresentação das novas tecnologias disponíveis para a prática da agricultura e pesca, além de se mostrar, com um exemplo, em que medida, em poucos hectares, se pode produzir “com quantidade e muita qualidade”. A organização, em termos de perspectiva, pretende




Meirio Mujetes@IE

transformar a feira “num dos principais momentos anuais de encontro entre os fornecedores de equipamentos agrícolas, agricultores e clientes”.


A feira, organizada pela Nova Agrolíder em parceria com a Eventos Arena, não teve, entretanto, apenas carácter comercial, mas

também formativo, por via de vários seminários sobre o agronegócio e pesca. O director da feira não precisou os custos de organização nem o valor arrecado. Outros dados, como o número de empregos temporários criados, também não foram adiantados.

PUB



**A DIVERSÃO
MORA AQUI**




**MAIS
KUMBU**

com *William*

**VAI CHOVER KUMBU
DE SEGUNDA
A SÁBADO ÀS 21H15**

No programa da Banda TV, os concorrentes disputam entre si um prémio de 100 mil kwanzas. Para ganharem, têm de acertar às perguntas colocadas pelo nosso apresentador William. Quem serão os grandes vencedores? Descubra a resposta de segunda a sábado, em exclusivo na DStv.

POSIÇÃO
519



dstvangola@ao.multichoice.com
www.dstv.com

Twitter: dstv_angola
Instagram: dstvangola
www.facebook.com/DStvAngola

437 88
923 12 00 00
226 69 89 89

Economia/Política

EM CAUSA MANUTENÇÃO DO CAMPO DÁLIA

Queda nas exportações de crude em Outubro

PETRÓLEO. Última vez em que Angola carregou, num mês, menos de 47,3 milhões de barris, a quantidade prevista para Outubro, foi em Junho de 2011, altura em que petroleiros carregaram 47,1 milhões de barris.



Corte nas exportações é má notícia para Angola.

Por Cândido Mendes

A manutenção técnica programada para o mês de Outubro, a ser realizada no campo petrolífero de Dália, vai provocar a maior queda nas exportações de crude desde 2011.

O programa final de carregamentos de petroleiros, publicado pela agência financeira Bloomberg, dá conta de que Angola vai efectuar 47 carregamentos em Outubro, totalizando 47,3 milhões de barris o mês todo, nos quais não contém nenhum proveniente do Campo Dália. O último carregamento inferior a esse foi registado em Junho de 2011, quando o país

exportou 200 mil barris a menos.

Oficiais dos petroleiros afirmaram que a ausência de 'Dália' se deve à manutenção que se vai registar naquele campo operado pela petrolífera francesa Total E&P Angola, segundo a Bloomberg.

A Total não respondeu a pedidos para comentar este artigo. No entanto, a Sonangol, concessionária nacional, fê-lo, afirmando tratar-se de "paragem de produção".

"Informamos que, para o referido campo, se prevê uma paragem de produção para manutenção, em Outubro próximo", disse a empresa, através do Gabinete de Comunicação Institucional em resposta a perguntas feitas por email. "A aludida interrupção é planificada, pelo que estão salvaguardados todos os aspectos técnicos e implicações decorrentes da mesma", explica a companhia,

sem avançar, entretanto, o período de duração dos trabalhos.

A baixa de exportações vem, no entanto, num momento de baixos preços do petróleo, o que, segundo observadores, não é uma boa notícia para Angola, já que o Executivo anda

47

Número de carregamentos esperados para Outubro de 2016

a braços com dificuldades de financiar o Orçamento Geral de Estado.

As receitas fiscais financiam já menos de metade dos 6,9 biliões (triliões na nomenclatura oficial) de kwanzas do OGE revisto que vai ser aprovado na próxima semana pelos deputados. Cerca de 50% do OGE é financiado com recursos ao endividamento interno e externo.

A produção actual está à volta de 1,7 milhões de barris por dia, com o país a ter dificuldades de concretizar um 'sonho antigo' de atingir os dois milhões diários. A idade de alguns campos implica manutenções mais regulares, à medida que o tempo útil de vida se vai aproximando ao fim. E os baixos preços do crude, no mercado internacional, reduziram o apetite para investimentos em novos campos.

Recentemente, a Sonangol desistiu de adquirir os 40% de participações da Cobalt no Bloco 21/09, devido essencialmente às incertezas do mercado. A própria Cobalt, envolta em dívidas avultadas, reporta-se que não possui capital para desenvolver por si mesma o referido campo.

CAMPO DÁLIA

O 'Dália' foi descoberto em 1997, mas a produção efectiva só arranhou em 2006. Está localizado no Bloco 17 em águas profundas a uma distância de aproximadamente 135 quilómetros da costa marítima. O crude está alojado entre mil e 1.500 metros de profundidade, sendo que o campo tem uma produção aproximada de 240 mil barris diários. Na altura da descoberta, estimava-se que o campo possuía "reservas recuperáveis" de mil milhões de barris.

A Total E&P Angola, operadora do Bloco, detém uma participação de 40% e outros os accionistas incluem a Esso Exploration Angola Limited (20%), BP Exploration (Angola) Limited 16,67%, Statoil Angola (13,33%) e Nork Hydro (10%).

Moagem de trigo em 2017

Uma moagem com capacidade para produzir 400 mil toneladas de farinha de trigo por ano entra em funcionamento em 2017, o que resultará numa redução significativa da importação desse produto, anunciou, em Malanje, a ministra da Indústria, Bernarda Martins.

A moagem, com uma capacidade inicial para produzir 200 toneladas por ano, está a ser instalada em Luanda e vai beneficiar todas as províncias.

A ministra lembrou que, num passado recente, Angola chegou a ter uma produção anual de 500 mil toneladas de farinha de trigo com a operação de fábricas que paralisaram, deixando o país dependente de importações que, no ano passado, baixaram para 420 mil toneladas, depois de terem atingido as 510 mil em 2014.

Mais 17 navios de patrulha marítima

O Governo encomendou a construção de 17 navios de patrulha para a Marinha de Guerra. O contrato está avaliado em 560 milhões de dólares, de acordo com um despacho presidencial.

O grupo de construção naval Privinvest é a instituição com a qual o Governo estabeleceu uma parceria neste sentido. A aquisição destes meios insere-se na implementação do projecto de Vigilância Marítima da Costa Angolana. O contrato inclui ainda assistência técnica à Marinha angolana por aquela empresa.



CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos




✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO

• Blocos 	• Abobadilhas 	• Lancil 	• Pavê 	• Lajetas 
• Manilhas 	• Grelha de enlramento 	• Tubos 	• Cones 	• Caixas de visita 

✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS

• Vigotas 	• Painel e Laje Alveolar 	• Laje TT 	• Ripas 
--	--	--	--

✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Estrada das Terras Verdes
 km 1 Caope Velha Funda - Cacuaco – Luanda
 Escritório: (+244) 928 981 644
 comercial@concerangola.co.ao | www.concerangola.co.ao

Economia/Política

GOVERNO DEFINE NOVAS REGRAS NO MERCADO ARTESANAL

Compra de diamantes só com 4 milhões de dólares

INDÚSTRIA EXTRACTIVA. Nova política que estabelece negociação de 'pedras preciosas', no mercado artesanal, foi aprovada em Agosto, através de decreto presidencial, e mantém Sodiam com monopólio da comercialização.

As empresas interessadas em negociar diamantes do mercado artesanal, extraídos por pequenas cooperativas, vão ser obrigadas a comprar, mensalmente, o equivalente a quatro milhões de dólares.

A informação consta do documento com a nova Política de Comercialização de Diamantes Brutos, aprovada por decreto presidencial de final de Agosto, documento ao qual a Lusa teve acesso, sexta-feira,

e, e que mantém a comercialização (da produção industrial e artesanal) obrigatoriamente através da empresa pública Sodiam.

Na componente da extracção artesanal, que tem vindo a ser impulsionada pelo Governo, por juntar os garimpeiros em cooperativas e assim aumentar a produção ao mesmo tempo que travam o garimpo ilegal, o documento define que a Sodiam - que pertence à concessionária estatal diamantífera Endiama - deve subcontratar empresas especializadas para essas compras.

Contudo, como requisitos, as



empresas seleccionadas assumem a "obrigatoriedade" de comprar mensalmente o equivalente a quatro milhões de dólares de diamantes, "no mínimo", e de patrocinarem as cooperativas artesanais e semi-

-industriais, bem como dos artesãos individuais.

Caso o valor mínimo previsto de compra não seja atingido durante seis meses consecutivos, os contratos são unilateralmente rescindidos,

define o documento. Na produção industrial, a nova política prevê o estatuto de "Clientes Preferenciais", relativamente a projectos mineiros que venham a ser descobertos em Angola, entre outras medidas para garantir a sustentabilidade do sector.

Os últimos dados disponibilizados pelo Ministério da Geologia e Minas indicam que Angola produziu e vendeu 775.770 quilates de diamantes em todo o mês de Julho, num encaixe global de 87,9 milhões de dólares. Tratou-se de um aumento de quase 10% face ao registo de Junho e cada quilate foi vendido, em termos médios, a 109 dólares.

Os diamantes são o segundo produto de exportação do país, logo depois do petróleo, e, de Junho para Julho, essa produção aumentou, em quantidade, quase 2%, indicam os mesmos dados.

Lusa

ENTREGA MARCADA PARA NOVEMBRO

Sexta edição dos prémios Sirius com nova categoria

Por Isabel Dinis

A sexta edição dos prémios Sirius vai contar com uma nova categoria denominada 'Prémio Empresa Exportadora', que visa reconhecer os projectos de investimento que, pela qualidade, relevância, criação de emprego, contributo na balança comercial nacional e pela diversificação da economia mais se distinguiram.

A gala de entrega dos prémios está marcada para o dia 24 de Novembro, em Luanda. Os

nomeados para as categorias dos prémios serão anunciados no início do mês de Novembro.

A iniciativa, que tem como objectivo reconhecer as boas práticas na gestão das empresas e na actuação dos empresários, empreendedores e gestores, contribuindo para a criação de uma cultura empresarial de excelência, promete manter o "dinamismo" das anteriores edições.

A nova categoria junta-se assim às restantes nove, designadamente 'empresa do ano do sector financeiro, empresa do ano do sector não financei-

ro, melhor relatório de gestão e contas do sector do sector financeiro, melhor relatório de gestão e contas do sector não financeiro, melhor gestor do ano, melhor investimento directo estrangeiro, melhor programa de responsabilidade social, melhor programa de desenvolvimento do capital humano e melhor empreendedor do ano.

O presidente da Deloitte em Angola, Rui Santos Silva, referiu que os prémios Sirius pretendem "contribuir para o esforço colectivo, determinado e esclarecido, que os agentes políticos e económicos terão de desenvol-



ver para fazer face aos desafios complexos que Angola enfrenta, resultantes de um ciclo menos favorável que a economia mundial e nacional atravessa". O

corpo do jurado para este ano será presidido por Manuel Nunes Junior, Henda Inglês, José Severino, Laurinda Hoygaard, Manuel Alves Monteiro e Vera Daves.

O ano passado, as empresas vencedoras foram a operadora Total, Grupo Cafago, Cuca, Grupo Opaia, Imprensa Nacional, Banco Angolano de Investimento (BAI), Grupo Zahara, Operadora ZAP e o Banco de Fomento Angola (BFA). O Prémio Especial foi atribuído ao Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT), do Ministério das Finanças.

ANGOLA SENTE



O Registo Eleitoral é obrigatório



Eu cumpro o meu dever
de cidadão. E tu?

**Actualiza o teu registo
junto a uma Brigada
de Registo Eleitoral.**

**Leva contigo o teu
Cartão de Eleitor e o teu BI.**

**Se não tiveres BI, leva só
o teu Cartão de Eleitor.**

Mercado & Finanças

NOVO MINISTRO DAS FINANÇAS

Défice fiscal de 6,8% e inflação elevada aguardam Archer Mangueira

FINANÇAS. Operadores económicos e analistas ensaiam os desafios que aguardam o novo inquilino do Ministério das Finanças e apontam o défice fiscal de 6,8% do PIB, a escassez de recursos em divisa e a elevada taxa de inflação como o ‘baptismo de fogo’ de Archer Mangueira no Palácio da Mutamba.

Por Nelson Rodrigues

Nomeado na semana passada pelo Presidente da República, Archer Mangueira entra para o Ministério das Finanças num dos momentos mais difíceis da história económica recente de Angola. O novo titular das Finanças é recebido por um défice fiscal na ordem dos 6,8% do Produto Interno Bruto (PIB) e uma taxa de inflação a caminhar para os 40%, de acordo com o Orçamento Geral do Estado (OGE) 2016 revisto, que deverá ir à votação final nos próximos dias.

O novo ministro das Finanças assume ainda funções no ano em que as previsões do crescimento da riqueza foram cortadas para quase metade. Com a revisão do OGE, a taxa do PIB passa dos 3,3% inicialmente previstos para 1,1%, o preço médio do barril de petróleo desce de 45 para 40,90 dólares, enquanto a inflação dispara dos 11% para 38,5%.

Dos desafios a enfrentar, a agenda de Archer Mangueira no ‘Palácio’ da Mutamba deve incluir a redução da escassez de divisas que, grosso modo, explica o aumento dos preços e a redução do poder de compra das famílias, sugere o director-geral da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Belarmino Jelembi.

Até ao final do primeiro semestre deste ano, a taxa de inflação acumulada foi de 21,74%, enquanto

a inflação homóloga atingiu os 31,8%, lê-se nos fundamentos da revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2016 revisto, que explica o aumento da inflação com três factores: correcção dos preços administrados, desvalorização do kwanza e expectativa dos agentes económicos.

Para que Archer Mangueira “sobreviva” ao actual momento económico, o consultor financeiro Galvão Branco diz que “tudo vai depender da visão estratégica” que o pioneiro do mercado de capitais em Angola deverá aplicar durante o mandato.

Devem acompanhar a estratégia de Archer Mangueira, segundo Galvão Branco, “políticas públicas, reformas estruturais e um bom modelo de governação, que constituem o factor fundamental para uma mudança compaginada com



PERFIL

Augusto Archer de Sousa Mangueira, economista de 54 anos, até à ascensão à função de Ministro das Finanças, era, desde 2012, presidente da Comissão do Mercado de Capital.

Docente da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, exerceu, desde 1979, várias funções dentro do aparelho do Estado, assistente sénior do Gabinete do Presidente da República, assessor económico do PR, coordenador do grupo técnico do Conselho de Ministros. Além disso, foi secretário de Estado do Comércio, vice-ministro do Comércio, membro da Comissão Nacional de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

REACÇÕES



Belarmino Jelembi,
director-geral da ADRA

“Mais que mudar as pessoas, é preciso mudar-se de políticas”



Galvão Branco,
consultor financeiro

“Seja qual for o perfil do novo agente provido do cargo público, é a visão estratégica que conta”,



José Severino,
presidente da AIA

“Espero que o novo ministro das Finanças seja vigilante, actuante, sobretudo no controlo das contratações de empreitadas pública”



O PREÇO DO BRENT, referência para as exportações angolanas, para entrega em Novembro, abriu, na última sexta-feira, em baixa com perdas de 0,92%, no mercado de Londres a 49,66 dólares.



OS DEPUTADOS da primeira e quinta comissões de especialidades aprovaram no fim da semana passada, na especialidade, a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE/2016) revisto, com 18 votos favoráveis e dois contra e nenhuma abstenção.

mais crescimento económico, eficiência da despesa e que concorram para a melhoria do serviço público, redução das desigualdades por via duma mais equitativa distribuição do rendimento das famílias”.

ESTABILIDADE CAMBIAL

Archer Manguera terá de enfrentar ainda o ‘teste’ da estabilidade cambial, ditada, em grande medida, pela venda de petróleo, cujas metas são definidas pelas Finanças, de onde derivam os recursos em divisas e que sustentam as reservas em moeda estrangeira do Banco Nacional de Angola (BNA).

É sobre essas expectativas que Berlamino Jelembe lembra que “não se podem fazer milagres” quanto à estratégia de recuperação cambial, porque, “mais que mudar as pessoas, é preciso mudar-se de políticas”.

Também Galvão Branco adverte quanto ao excesso de optimismo e de expectativas. “No nosso País, geram-se sempre grandes expectativas quando ocorrem mudanças no Governo. Seja qual for o perfil do novo agente provido do cargo público, é a visão estratégica que conta”, defende.

AIA MAIS OPTIMISTA

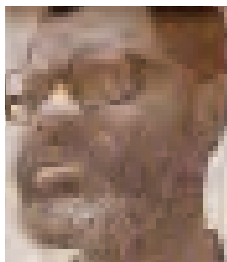
Mais optimista sobre a nomeação de Archer Manguera para o posto de ministro das Finanças está o líder da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, a quem reconhece competências trazidas dos vários organismos públicos por que passou, sobretudo da mais recente função de presidente do conselho de administração da Comissão do Mercado de Capitais (CMC).

Ao novo ministro, Severino sugere que “seja vigilante e actuante”, sobretudo no que à aprovação dos contratos de empreitadas públicas diz respeito. O líder da AIA aconselha mesmo que sejam “criados gabinetes de inspeções para os contratos públicos”. “Se assim for, e com concertações sociais ao meio da caminhada, o novo ministro das Finanças, Archer Manguera vai ter um consulado de êxito”, antevê o também economista José Severino.

Com um perfil repleto de funções no aparelho do Estado, Augusto Archer de Sousa Manguera é o quarto ministro das Finanças nos últimos oito anos. Economista diplomado de 54 anos até ascensão, já exerceu diversas funções no aparelho de Estado. (ver caixa ao lado).

GALERIA DOS MINISTROS DAS FINANÇAS

1975-2016



Saydi Vieira Dias Mingas
1975-1977



Ismael Gaspar Martins
1977-1982



Augusto T. Jorge de Matos
1982-1990



Aginaldo Jaime
1990-1992



Alcântara Monteiro
1992-1992



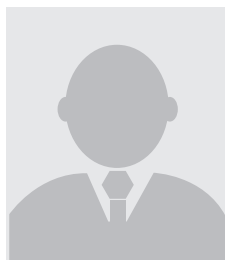
Salomão Luheto Xirimimbi
1992-1993



Emmanuel Carneiro
1993-1994



Augusto da Silva Tomás
1995-1996



Alcântara Monteiro
1997-1998



Joaquim David
1998-2000



Júlio Bessa
2000-2002



José Pedro de Morais
2002-2008



Severim de Morais
2008-2010



Carlos Alberto Lopes
2010-2013



Armando Manuel
2013-2016.

PUB

TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE

SERVIÇO
PERSONALIZADO
COM CONFORTO
E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA

Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda
Call center
(+244) 947 992 829
(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa

Mercado & Finanças

EMPRÉSTIMO SAÍRAM DO BANCO ENTRE 2006 E ABRIL DESTE ANO

Relatório da auditoria atesta dívida da Sonangol

BANCA. Documento confidencial do banco a que o VALOR teve acesso confirma dívida de 1,2 mil milhões de dólares da petrolífera estatal no Millennium Atlântico, conforme noticiado há duas semanas. Sonangol nega, mas relatório da auditoria interna do banco coloca a empresa entre os devedores com empréstimos em dólares.

Dívida da petrolífera é confirmada em relatório interno.



Mário Mujetes © AE

Por Nelson Rodrigues

MEMORIZE

● Documento que era de “acesso exclusivo da administração” do BMA confirma dívida de 1,2 mil milhões USD, com uma provisão de empréstimo estimada em 12.771.360 de dólares.

Na edição de 22 de Agosto, o VALOR noticiou que a Sonangol EP, através da subsidiária Sonangol Holdings, tinha dívidas no Banco Millennium Atlântico (BMA) avaliadas em 1,2 mil milhões de dólares (precisamente 1.194.906.813 USD), contraídos em regime de empréstimos sindicados, entre 2006 e Abril deste ano, facto que reafirma e que vem confirmado no relatório de auditoria interna do banco.

Duas semanas e vários comen-

tários depois, entre gestores da alta finança angolana e estrangeira, a Sonangol EP reagiu à notícia do VALOR.

A petrolífera nega, no entanto, a existência da dívida no montante expresso no relatório de auditoria do banco e diz, em comunicado, que, “através da Sonangol Holdings, tem, actualmente, um passivo de cerca de cinco milhões de dólares norte-ame-

ricanos junto da referida instituição financeira, cujo reembolso está previsto para até 31 de Julho de 2017”.

Nesta edição, o VALOR reafirma a dívida, nos montantes avançados na primeira notícia, de acordo com o relatório de auditoria interna do Millennium Atlântico na posse do jornal.

No relatório do banco a que o VALOR teve acesso, a dívida da Sonangol, e de mais 1.998 clientes do banco, entre grandes empresas e particulares conhecidos, é expressa em dólar, e omite o período em que a petrolífera estatal deve reembolsar o montante da dívida.

Integram a lista de devedores cerca de três mil clientes, 12 dos quais, incluindo a própria Sonangol, com dívidas a ultrapassar os

mil milhões de dólares.

A versão digital do documento do banco que serviu de fonte para a notícia do VALOR apresenta as dívidas em três moedas diferentes, designadamente o dólar, o euro e o kwanza. Para a Sonangol, a saída foi de 1.194 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com uma provisão de crédito estimada em 12.771.360 de dólares.

A vasta folha de excell denominada ‘Caracterização mensal do crédito do Millennium Atlântico’ é ainda omissa sobre as modalidades com as quais o “empréstimo sindicado” saiu do banco. Ou seja, o documento não discrimina que parte do total da dívida diz respeito ao extinto Banco Millennium Angola e qual vem do também extinto Banco Privado Atlântico, limitando-se a integrar a dívida no crédito geral do banco saído da primeira fusão na banca nacional, o Millennium Atlântico.

JORNAL CONTACTOU INSTITUIÇÃO

Antes da publicação da matéria, o jornal fez vários contactos com a direcção de comunicação e marketing do BMA, e com o gabinete de comunicação institucional da Sonangol, dos quais o segundo respondeu à solicitação, prometendo reagir “tão logo fosse possível”.

Do conjunto de perguntas colocadas às direcções de comunicação das duas instituições, o jornal procurava confirmar os valores do empréstimo e a que projectos de investimento foram destinados, assim como a qual dos bancos a petrolífera estatal solicitou o crédito, já que a dívida é anterior à fusão e contraída em regime de “empréstimo sindicados”.

De onde saiu o dinheiro...

Apesar de o relatório da auditoria interna não fazer referências concretas a origem dos fundos – bancos participantes do sindicato – a conta bancária associada à Sonangol Holdings, no relatório, tem os códigos do antigo Banco Millennium Angola, o que levanta a possibilidade de o dinheiro ter surgido deste banco, também participado da Sonangol (com 29,9%).

Fontes do banco asseguraram ao VALOR que a conta “está bloqueada” e que “o acesso só com autorização expressa da comissão de crédito”.

...ANTES DA FUSÃO

O jornal não pôde apurar se o extinto Banco Privado Atlântico teria negócios concretizados com a Sonangol.

No entanto, segundo uma nota de 2009 do extinto BPA à Angop, o banco chegou a assinar, com a Sonangol Holding, um memorando “para o estabelecimento de uma parceria estratégica, com o objectivo a implementação e desenvolvimento de unidades de produção de energia eléctrica em Angola”.



16%

A TAXA BÁSICA DE JURO vai manter-se nos 16% em Setembro, por decisão do Banco Nacional de Angola (BNA), que aponta a necessidade de reforçar medidas para travar a subida dos preços no país.



O VALOR MÉDIO DO DÓLAR norte-americano nas ruas de Luanda desceu para 560 kwanzas, depois da injeção recorde de divisas na banca comercial, feita pelo Banco Nacional de Angola (BNA) em Julho e Agosto.

Banco vê-se obrigado a mudar de estratégia com a queda do petróleo.



Mário Majetas © AE

GARANTIAS DE MANUEL GONÇALVES

Standard Chartered vai permanecer em Angola

BANCA. Chegou ao país e apostou no único sector da economia que realmente conta(va), o petrolífero. Entretanto, os preços do crude caíram abruptamente, a situação ficou crítica e o banco britânico está agora a pagar o preço.

Por Cândido Mendes

Não temos conhecimento de qualquer manifestação de vontade de sair do país”, assegurou, em entrevista, Manuel Joaquim Gonçalves, PCA da do Grupo Ensa, parceiro local do Standard Chartered. “Pelo contrário, temos visto o reiterar da vontade de criar um banco mais forte possível em Angola”, insiste.

A Ensa Seguros detém quase 40% do capital social da Standard Chartered e o banco mãe de Londres controla os restantes aproximados 60%. Segundo Manuel Gonçalves, a seguradora estatal tem uma “excelente relação” com a sua parceira e ambas

mantém “vontade mútua de continuar com a joint-venture no domínio financeiro, bancário, mantendo a operação em Angola”.

A conjuntura de crise económica obrigou, entretanto, o único banco britânico a operar, no país, a redefinir estratégias fora do sector petrolífero, o seu foco inicial. “O banco tinha, no início, uma estratégia muito focada no sector petrolífero, mas, com as alterações hoje verificadas no mercado, teve de empreender uma adaptação imediata”, esclarece o número um da seguradora pública, admitindo que a “situação crítica” de Angola traz novos desafios que ambos os parceiros têm interesse em enfrentar juntos.

Recentemente, uma fonte de outro banco, de origem ocidental, dizia que o Standard Chartered só não saía do país, porque havia “empacotado” demasiado dinheiro no sec-

tor e não sabia o que fazer.

O que está confirmado, entretanto, é que o foco no sector do crude manifestou-se em forma de cedência de créditos a várias empresas petrolíferas, incluindo à Sonangol, cujo montante ronda pelo menos 9,5 mil milhões de dólares, segundo dados do terminal da agência norte-americana Bloomberg, que reparte a dívida em seis parcelas.

A Sonangol não havia respondido ao email, enviado pelo VALOR a 29 de Julho, procurando esclarecimento para essa informação e outra que dava conta de que a petrolífera teria recebido uma moratória de 45 dias para se explicar.

StanChart, nome do banco britânico na bolsa de valores de Londres, também esteve engajado na distribuição das notas de dólares em Angola, processo em que esteve envolvido o banco sul-africano First Merchand

Rand, como o maior ‘distribuidor’. Ambos acabaram, no entanto, por desistir, depois de o Bank of America, que fornecia as notas verdes, ter deixado de o fazer.

Presentemente, o Standard Chartered continua a realizar “operações bancárias normais com dificuldades acrescidas por causa da situação que se vive”, como aponta Manuel Gonçalves, também ele membro do conselho de administração do banco.

Sobre a redefinição de estratégias, a instituição está a simplificar os processos de onboarding de clientes, “sem prejuízo” das regras de compliance, “respeitando os padrões internacionais”, que, na sua dupla subordinação, uns são estabelecidos pelo regulador nacional, o BNA, e outros, pelo do Reino Unido. O StanChart tem operações em 15 países da África subsaariana, de acordo com seu website.

NOVO PCA

Patrício Vilar assume comando na CMC

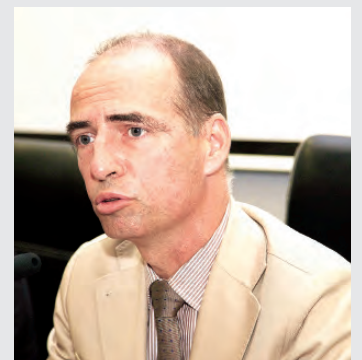
A Comissão do Mercado de Capitais (CMC) tem, desde a semana passada, um novo presidente. Trata-se de Patrício Vilar, antigo administrador executivo da instituição e que passa a exercer as funções de presidente, com a saída do antigo Archer Manguera, de acordo com uma nota da entidade.

A assumpção de Patrício Vilar do cargo de PCA da CMC decorre do facto de o anterior presidente ter sido nomeado, na mesma semana, pelo Presidente da República ao cargo de ministro das Finanças e é sustentado pelo decreto presidencial n.º 54/13, de 6 de Junho, nos termos do Art.º 12.º.

De acordo com a CMC, o novo presidente da entidade fiscalizadora das actividades do mercado de valor mobiliário de Angola assumiu as funções de presidente da CMC, a 7 de Setembro.

Patrício Bicudo Vilar é natural de Luanda, formado em Economia pela Universidade Agostinho Neto. No seu percurso académico, Vilar concluiu a parte lectiva do doutoramento em Empresas, Finanzas y Seguros na Universidad de Extremadura (Espanha) e é mestre em Gestão/MBA, especialidade de finanças, pela Universidade Técnica de Lisboa (ISEG).

Entre várias actividades, o novo chairman da CMC já desempenhou diversas funções de gestão e de consultoria, geralmente em acumulação com as de docente do ensino superior.



Empresas & Negócios



ENSA FOI A PRIMEIRA A ENTREGAR CONTAS

Apenas oito entre 75 empresas têm contas em dia

SECTOR EMPRESARIAL PÚBLICO. Do total de empresas que compõem o sector empresarial público, cerca de 75, apenas 53 apresentaram contas. O ISEP, no entanto, aprovou as contas de 29 empresas, oito das quais sem reservas.

Por António Nogueira

O Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP) homologou contas de 29 empresas públicas, oito das quais sem reservas e 21 com reservas. Entretanto, do total de empresas do sector público, 12 não foram aprovadas em 2015. No ano anterior, a instituição aprovou contas de 32 empresas, sendo oito com reservas e 19 sem reservas.

A ENSA, Imprensa Nacional, Edições Novembro, Angop, TAAG, Unicargas e as empresas portuárias do Amboim e do Lobito foram as empresas homologadas sem reservas, em 2015. A seguradora pública foi a primeira a apresentar as respectivas contas.

O sector empresarial público nacional é composto por um total de cerca de 75 empresas, 53 das quais apresentaram contas de “forma voluntária”, correspondendo a 71% do universo total de empresas públicas.

Os dados do ISEP, referentes ao ano passado, atestam ainda que 47 empresas realizaram auditoria às suas contas, correspondendo a 89% do total das empresas homologadas e

MEMORIZE

- O sector empresarial público nacional é composto por um total de cerca de 75 empresas, 53 das quais apresentaram contas de “forma voluntária”, correspondendo a 71% do universo total de empresas públicas.

a 62% do ‘grosso’ de firmas que compõem o universo do sector empresarial público. No ano anterior, no entanto, esse registo chegou a 52 empresas, representando 91% do total.

A maior parte das empresas do sector empresarial público está no ramo dos Transportes, com 15 empresas.

Seguem-se os sectores de energia e águas, com 12; Finanças (8), Agricultura (6) e Comunicação Social e Pescas, com cinco empresas cada uma.

No que respeita a situação jurídica, os dados do ISEP indicam que 51% do total das empresas públicas são consideradas activas, enquanto 32% têm actividade residual.

O ISEP ressalta igualmente que 12% do total das firmas públicas estão em fase de arranque e que 5% se encontram em fase de desenvolvimento ou recuperação da capacidade operacional, sendo que entre estas últimas todas terão apresentado as respectivas contas ao ISEP.

Já entre as activas, 38 empresas, representando 97%, efectuaram demonstrações financeiras, enquanto entre as que estão em fase de arranque apenas uma empresa concluiu com o processo em causa. Enquanto isso, 43% das empresas com actividade residual apresentaram as respectivas contas.

No capítulo da informação agregada reportada nas demonstrações financeiras, o processo de homologação de contas levado a cabo pelo ISEP teve em conta três variáveis, nomeadamente o valor global dos activos, os resultados operacionais e os resultados líquidos.

O sector dos petróleos, no entanto, liderou os registos alcançados em qualquer uma das rubricas descritas, atingindo, no primeiro caso, resultados na ordem dos 6,3 milhões de kwanzas em activos, representando 58% do total.

Em termos de resultados operacionais, o sector atingiu a marca de 58,9 mil kwanzas, tendo regis-

47

Milhões de dólares, Número de empresas públicas que realizaram auditoria às suas contas, em 2015, correspondendo a 89% do total das empresas homologadas..

51%

Valor percentual do total de empresas públicas, em situação activa.

tado mínimos de 47 mil kwanzas, a nível dos resultados líquidos, representando uma redução de cerca de 131%, em relação aos registos alcançados no ano anterior.

A avaliação das contas das empresas públicas resumem-se em três critérios fundamentais, nomeadamente, a aferição da conformidade dos documentos e do processo de prestação de contas, a análise da situação económica e financeira, bem como o grau de garantia da informação reportada, tendo presente o trabalho realizado pelos auditores externos.

O processo de prestação de contas teve início em 2012, em que teve lugar a primeira cerimónia pública de homologação das contas das empresas do sector empresarial público, referentes ao exercício de 2011.



UMA FÁBRICA de derivados de banana e batata será inaugurada em breve, na província do Bengo, devendo garantir mais de 50 postos de trabalho para jovens locais.



OS EMPRESÁRIOS do município de Luanda solicitaram o apoio das instituições do governo, no sentido de conseguirem, sem constrangimentos, o acesso aos cambiais, visando o contínuo desenvolvimento da actividade comercial.

QUASE 25% DOS FUNCIONÁRIOS JÁ FORAM DESPEDIDOS

Fábrica precisa de 600 mil dólares para evitar encerramento

INDÚSTRIA. Pelo menos 30 trabalhadores, de um total de 150, já foram despedidos pelo grupo FLO-TEK, por causa da redução da actividade da empresa. Em causa, a crise de divisas.

Por António Miguel

O

grupo FLO-TEK precisa de cerca de 600 mil dólares por mês para fazer importação de matérias-primas para as

duas linhas de produção, FLOT-TEK E PAS-TEK, localizadas no Pólo Industrial de Viana, em Luanda, evitando, deste modo, o encerramento da fábrica. Desde Maio de 2015, tem dificuldades em pagar os fornecedores no estrangeiro. “Estamos muito mal, são muitas perdas”, lamentou o director financeiro da firma, Vijay Raghavan.

Enquanto os dólares não chegam, a empresa, que tem 150 funcionários, já despediu 30, tendo reduzido também o número de turnos, de três para um. As duas linhas fabricam produtos de plástico, como baldes, contentores de lixo, tubos de canalização de água e irrigação e tanques de água e de combustíveis, enquanto a PLAS-TEK fabrica preformas de garrafas de plástico, utilizadas pela indústria de refrigerantes, água mineral e óleo vegetal, baldes de tinta e embalagens.

A importação é feita na China, Malásia, Tailândia, Coreia do Sul e África do Sul. No entanto, segundo o director financeiro, os fornecedores perderam confiança na empresa, devido às dificuldades no pagamento dos materiais. “Neste momento, praticamente estamos sem ‘stocks’. Há muita coisa que se importava e agora passamos a produzir em Angola, mas as matérias-primas temos de ir buscá-las no



A FLOT-TEK tem uma quota de mercado acima dos 50%

estrangeiro. Se tivermos os dólares, funcionamos normalmente e chamamos os trabalhadores já despedidos”, assegura.

Vijay Raghavan não precisou o volume de negócio da empresa, mas apontou uma queda na ordem dos 40% nos lucros anuais. A FLOT-TEK tem uma quota de mercado acima dos 50% e vende maioritariamente

em Luanda. Criada em 2004, começou a funcionar, de facto, em 2008, tendo um investimento de cinco milhões de dólares na construção da fábrica. A produção da Flo-TEK e PLAS-TEK é feita à base de energia de geradores e águas de cisternas de camiões, já que, embora tenha electricidade da rede pública, esta não é suficiente para movimentar

40

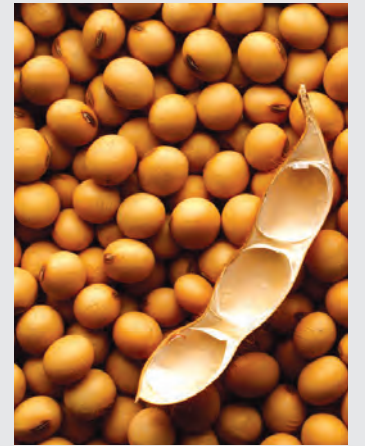
Por cento é nesta percentagem que os lucros da FLOT-TEK e PLAS-TEK vem caindo, nos últimos dois anos.

2004

foi o ano de fundação da fábrica, num investimento de cinco milhões de dólares.

MEMORIZE

- Enquanto os dólares não chegam, a empresa, que tem 150 funcionários, já despediu 30, tendo reduzido também o número de turnos, de três para um.



80,9 milhões de USD na produção de soja

A empresa angolana Sociedade Massambala e a luxemburguesa Zion-Gmbh-Luxembourg prevêem investir 80,9 milhões de dólares no cultivo e na transformação de soja e seus derivados, no município de Negage, Uige.

A informação consta do contrato de investimento assinado entre os dois investidores e a Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP), a que o VALOR teve acesso, em que se esclarece que mais de metade do capital será aplicado pelo parceiro externo.

A iniciativa admite criar 130 postos de trabalho, 122 dos quais nacionais e cinco estrangeiros (menos de 5%) e vai beneficiar de incentivos fiscais, incluindo uma redução de 85% do imposto industrial por 10 anos, além de um ‘perdão’ de 85% do imposto sobre a aplicação de capitais, também por 10 anos. O imposto de SISA também será reduzido em 85% por uma década. O projecto “considerado ambicioso” prevê abastecer o mercado interno e exportar, posteriormente, 30% da produção. Angola possui um grande potencial no que respeita a terras férteis para a produção de soja. Em 2014, o cultivo de soja estava calculado numa área de 24 mil hectares, com uma produção não superior a 10 mil toneladas por ano.

Isabel Dinis

(In)formalizando

FAZEDORES DE BLOCOS ENFRENTAM 'CONCORRÊNCIA' DAS FÁBRICAS

Pedreiros em queda no mercado

CONSTRUÇÃO CIVIL. Já foram mais importantes nos bairros de Luanda do que são hoje. Os batedores de blocos, ou pedreiros, sofrem com a concorrência das fábricas que disponibilizam melhores produtos, com preços mais atractivos. Mesmo assim, há quem sobreviva na profissão



Augusto simão e Chico da Costa, fazedores de blocos.

Por Amélia Santos

O número de fazedores de blocos de forma manual está a perder o impacto que teve há 10 anos, apesar do crescente número de habitações construídas um pouco por toda a parte. Esta queda é, sobretudo, provocada pelas fábricas de blocos. “A qualidade de fábrica é indiscutível e os preços não diferenciam muitos dos blocos manuais”, reconhece quem vive desta profissão.

Se há mais ou menos três anos, os pedreiros ou batedores de blocos eram mais procurados, hoje a realidade é bem diferente. A queda da compra de blocos feitos por pedreiros “desceu muito” desde que surgiram as fábricas e as pessoas se foram habituando a procurar produtos nos mercados formais.

O ‘slogan’ ‘Angola é um canteiro de obras’ veio mostrar a necessidade de aparecerem fábricas de blocos em grande massa. E são elas que, um pouco por toda Angola, vão ‘roubando’ o ‘pão de cada dia’ dos pedreiros ou batedores de blocos que sempre viveram desta prática, sobretudo nos bairros periféricos.

Os clientes, sobretudo empreiteiros, preferem hoje comprar

Preços dos pedreiros	
Produtos	Preços em kwanzas
Carrada de areia ‘um camião’	50/60 KZ
10 mil litros de água	10/12 mil kz
Saco de Cimento	1.400/1.300 kz
Mão-de-obra do pedreiro por saco de cimento	400/600 kz
Blocos na rua	70/100 kz
Blocos na fábrica	90/96 kz

Preços das fábricas	
Produtos	Preços em kwanzas
Jaen Peng / Bloco	90 kz
Concera / Bloco	96 kz

blocos em fábricas, pela qualidade apresentada. O preço é que não diferencia muito do mercado informal e, muitas vezes, é ajudado

com o transporte dos materiais, caso o cliente compre acima dos mil blocos.

Nas fábricas como a Concera e

a Jean Peng, por exemplo, os preços não diferenciam muitos dos blocos feitos nos bairros.

Os blocos não têm um preço fixo, nos bairros e nas empresas. Varia muito de bairro para bairro. No Morro Bento, por exemplo, ao lado da empresa AAA um bloco de ‘tamanho 12’ (12 centímetros) custa 60 kwanzas. Manuel Epalanca, de 23 anos, responsável pelo fabrico de blocos, argumenta que os preços subiram muito, por causa da crise, mas lamenta a fraca procura. No entanto, está plenamente consciente de que as “fábricas oferecem mais qualidade e melhores preços”.

Apesar da “fraca procura”, Manuel Epalanca consegue gerir o que ganha para sustentar, o que ele chama os seus “vícios”, e aju-

“Estamos aqui pela falta de emprego, é só uma alternativa, para sustentar a família.”

MEMORIZE

● **A qualidade** dos blocos de fábrica e os preços não diferenciam muito dos feitos manualmente. A queda da compra de blocos feitos por pedreiros desceu desde que surgiram as fábricas. Os clientes, sobretudo empreiteiros, preferem hoje comprar em fábricas.

quase todos os dias. Actualmente o número reduziu muito. Há semanas que não têm nada para fazer e aproveitam para se dedicarem a construir as suas próprias casas. É com o dinheiro dos blocos que vão sustentando a família e pagam os estudos dos filhos.

Por cada saco de cimento, os dois batedores cobram 600 kwanzas. Por dia, podem “bater, até dez sacos, trabalhando das nove até às 16 horas. Em média, facturam 6.000 kwanzas, por dia.

A profissão, por exigir muita força, uma forte exposição ao cimento e à areia e pelo tempo que dedicam ao fabrico, exige que a “alimentação seja reforçada”, alertam os pedreiros. Todos preferem comer “um bom funge à moda angolana”, mas “sem faltar o feijão e o vinho”. Acreditam que só a comer assim conseguem recuperar o esforço dispendido.

Fazer blocos é uma das alternativas para quem não tem emprego e sabe do ofício. “Estamos

aqui pela falta de emprego, é só uma alternativa, para sustentar a família.” Augusto Simão não recomenda esta profissão aos seus filhos, por considerar cansativa e prejudicial a coluna e pulmões, pensa que quando não se recebe uma boa alimentação e repouso necessário, o organismo não aguanta. As fábricas como a Concera, além da produção de blocos também prestam outros serviços como o fabrico de abobadilhas, lancil, pavê, lajetas, manilhas, tubos, vigotas, ripas aluga betuminoso para massas asfálticas, aluguer de equipamentos como maquinas para movimentação de terra entre outros.



Abobadilhas



Betoneira



Manuel Epalanca, pedreiro

dar a mãe a sustentar a família que vive no Kwanza-Sul. Sem grandes projectos, quer apenas terminar os estudos e, se for possível, arranjar outro emprego, “menos cansativo”, considera.

Ainda no mesmo bairro, os pedreiros Augusto Simão, de 33 anos, e Chico da Costa, de 32, trabalham nesta área há mais de três anos, mas admitem que tem havido, nos últimos tempos, uma “redução” de trabalho. Antes tinham ‘biscates’



Laje



Lancil



Ripas

PUB

3º Congresso Angolano de CARDIOLOGIA e HIPERTENSÃO

DOENÇAS CARDIOVASCULARES: MAIS CONHECIMENTO = PREVENÇÃO E MELHOR TRATAMENTO

29 de Setembro a 1 de Outubro de 2016 > ENAD > LUANDA

1º Fórum Angolano sobre Febre Reumática

Cursos Pré Congresso > 24 a 28 de Setembro

Consulte Mais Informações na nossa página do Facebook

INSCRIÇÕES ABERTAS

Participação:

Sociedade Europeia de Cardiologia

South African Heart Association

Sociedade Brasileira de Cardiologia

Sociedade Portuguesa de Cardiologia

Pan African Society of Cardiology

Federação das Sociedades de Cardiologia de Língua Portuguesa

Associação dos Cardiologistas de Cabo Verde

Associação dos Cardiologistas de Moçambique

Organização:

Alto Patrocínio:

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA SAÚDE

Apoio Institucional:

ORDEM DOS MÉDICOS DE ANGOLA

Patrocínio Master:

Patrocínio Ouro:

Patrocínio:

JABA RECORDATI

NOVARTIS

Apoio:

unisaúde

Media Partner:

MEDICINA

Rádio Nacional de Angola

Jornal Saúde

Jornal de Angola

Welcome to ANGOLA

Secretariado técnico:

Capacitarh

Informações:

+244 927 706 624 | 935 673 056
 capacitarheventos@gmail.com
 congressoangolanosadcv@gmail.com

DE JURE

ACONTECE A 29 DE SETEMBRO

Lançamento de “A sindicância Constitucional dos Actos políticos”

CONSTITUCIONALIDADE: Primeiro livro em Angola que aborda processo de fiscalização de actos políticos, de autoria do jurista e docente universitário, Marcy Lopes, editado pela Almedina e prefaciado pelo constitucionalista Raúl Araújo, será lançado a 29 de Setembro.

Por Valdimiro Dias

A

obra “A Sindicância Constitucional dos Actos Políticos” que faz abordagem da problemática da fiscalização do

Acto políticos pelo Tribunal Constitucional de autoria do professor, jurista e docente universitário, Marcy Lopes, vai ser lançada no dia 29 de Setembro.

O autor explicou ao VALOR que se trata de um estudo comparado que compreende quatro sistemas políticos de controlo da constitucionalidade, o de Portugal, o do Brasil, África do Sul e Moçambique, sem deixar de fazer uma apreciação ao sistema angolano adoptado pela Constituição de 2010, com uma abordagem evolutiva e histórica de todas as etapas constitucionais periodizando a primeira fase de 1975 a 1992, e a segunda de 1992 a 2010, que culminou com a consagração do actual sistema político.

O prefácio de “A Sindicância Constitucional dos Actos Políticos” foi de autoria do Juiz venerando do Tribunal Constitucional, Raúl Araújo, que descreve o livro como sendo inovador porque, “pela primeira vez, faz abordagem de uma matéria nova no nosso constitucionalismo”. Numa outra passagem o também constitucionalista felicita o autor da obra pela “coragem de fazer uma abordagem séria, polémica e interessante sobre o controlo da constitucionalidade dos actos do Estado, em particular dos actos políticos do Presidente da República de Angola, sendo que academia e o estudo

do direito Constitucional ficam mais prestigiadas com este livro”.

Foram editados 1500 exemplares do livro de 278 páginas. Composto por duas partes: a primeira constituída por três capítulos, que abordam ‘a supremacia da Constituição’, ‘modelos de fiscalização da Constitucionalidade’ e o ‘estudo comparado do sistema brasileiro, português, sul-africano e moçambicano’; sendo a segunda dedicada ao conceito de ‘acto político’ adoptado, admissibilidade sindicância dos actos políticos na Constituição, espelhando também a questão da fis-

calização da constitucionalidade, da auto-demissão política do Presidente da República e dos decretos presidenciais provisórios.

Marcy Lopes, através desta obra que resulta da tese de mestrado defendida na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto em convénio com a Universidade de Lisboa, “um compromisso assumido junto do corpo de jurados e a comunidade académica” espera contribuir para a academia e para a compreensão e apreciação pública dos actos políticos pelo Tribunal Constitucional.

A Sindicância Constitucional dos Actos Políticos

Marcy Lopes

2016

ADMISSIBILIDADE CONSTITUCIONAL E A SUA CONCRETIZAÇÃO NO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE EM ANGOLA



Direito e responsabilidade na saúde em debate

Com intuito de promover, entre as comunidades ligadas à saúde e ao direito, uma reflexão especializada sobre

temas relevantes para a regulação da actividade médica e a consequente judicialização, o direito no âmbito da saúde vai estar em debate nos dias 13 e 14 de Setembro, na 1ª Bienal do Direito a Saúde, organizada pelo Centro de Estudos de Direito Publico da Universidade Agostinho Neto.

A temática reveste-se de importância pela recorrência de relatos de erro médico, faltas de consentimento, violação de deveres por parte dos profissionais da saúde, civil, disciplinar e criminal. Segundo Mafalda de Matos do Centro de Estudos de Direito Público, promotor da iniciativa, “embora se verifique a falta de legislação específica sobre o direito da saúde, existem outros instrumentos legais que protegem e regulam a área”. Para organização,

os objectivos são “aferir o estado do direito da saúde, promover a investigação, a formação especializada, tanto de juristas como de profissionais da saúde que lidam diariamente com estes problemas, bem como alertar a população em geral sobre os direitos atinentes à saúde”.

O primeiro dia da bienal que pretende aferir o estado do direito a saúde em Angola, está reservado à discussão de temas referentes a regulação da saúde, com a abordagem assuntos como ‘o direito dos pacientes’, ‘responsabilidade civil médica e a disciplinar’.

A ‘responsabilidade penal médica’, a ‘prática clínica’ e o ‘respeito aos pacientes’, o ‘seguro de saúde’, são temas que constam do programa e a bienal termina com uma mesa redonda que vai abordar os tribunais e os casos de responsabilidade médica. Os temas que serão dissertados maioritariamente por profissionais de saúde e direito angolanos, com excepção da presença do director Centro de Direito Biomédico da Universidade de Coimbra.



1ª BIENAL

Direito da Saúde

DIREITO DA SAÚDE E RESPONSABILIDADE MÉDICA

13 e 14 | Setembro | 2016

Memorial Dr. António Agostinho Neto Luanda

INFORMAÇÕES

www.cedp-angola.com | cedp@cedp-angola.com | T.: 931 916 780

Organização



Participação



Patrocínios



Patrocinador Oficial

Gestão

ESTUDANTES DE GESTÃO E TECNOLOGIAS ESCOLHEM AS FAVORITAS A NÍVEL MUNDIAL

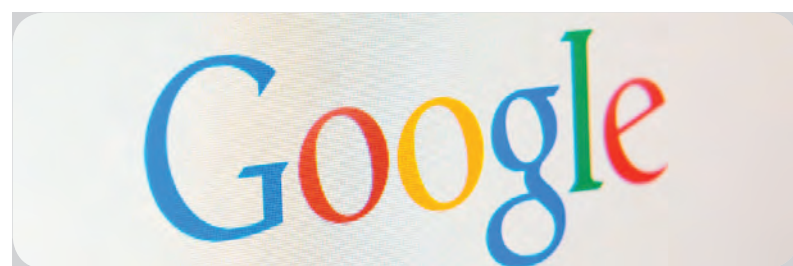
As empresas mais cobiçadas para o primeiro emprego

EMPREGO. Uma pesquisa da organização Universum, com estudantes universitários, concluiu que a Google é a empresa mais cobiçada por quem se licencia em Tecnologias de Informação (TI) ou Gestão. Foram inquiridos mais de 242 mil estudantes da Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Itália, Japão, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos. A Google lidera em ambos os casos, seguida da Apple, em Gestão, e a Microsoft em TI. Os 'top 5' reflectem a importância das empresas no mundo.



Por Emídio Fernando

A MAIS DE TODAS



Mais do que uma mera empresa, a Google já faz parte da vida de todos nós, que até fomos 'obrigados' a criar um verbo: 'googlar'. 'Googla-se' quando se faz uma pesquisa, como esta, que permite saber que a empresa foi fundada em 1998, nos EUA, e que se destinava precisamente a ser uma plataforma na internet e cujo objectivo era organizar toda a informação mundial e torná-la acessível e útil. A empresa

foi fundada por Larry Page e Sergey Brin que acreditavam que seria a publicidade a sustentar a página. Hoje é a mais visitada do mundo e uma das mais valiosas, avaliada em 382 mil milhões de dólares. Não admira portanto que seja, para os universitários, a mais apetecida para se trabalhar, tanto para quem segue tecnologias como para quem estuda gestão. Tem mais de 26 mil funcionários.

A MAIS POLÊMICA

É um dos grupos financeiros mais importantes e um dos mais antigos. Foi fundado em 1869, em Nova Iorque, nos EUA, por Samuel Sachs e Marcus Goldman. A Goldman Sachs não tem escapado às polémicas, devido às constantes críticas pela forma como gere negócios. É um banco de investimentos e faz a gestão de valores imobiliários. Tem sido acusada de fraudes e práticas ilegais e é apontada como a principal responsável pela crise dos EUA, quando, em 2008, esteve à beira da falência. Está presente em todos os centros financeiros mundiais, com mais de 35 mil funcionários em 20 países e emprega dois ex-presidentes da Comissão Europeia, um antigo secretário de Estado dos EUA e um ex-governador do Banco Central Europeu, entre outras figuras da política.

A ESCANDALOSA

Tal como a EY, a Pricewaterhouse Coopers (PwC) é uma empresa de serviços, ligada à auditoria e à consultoria. Foi uma das principais envolvidas no escândalo financeiro do Luxemburgo, por ter criado um mecanismo fiscal que evitou o pagamento de impostos. Está presente em 153 países e tem mais de 154 mil trabalhadores. Foi fundada em 1998, em Londres, é uma das mais desejadas pelos estudantes de Gestão.



A POPULAR

Produtos como a Macintosh, Iphone e Ipad só incentivam a cobiça dos estudantes que colocam a Apple em segundo lugar em Gestão e em terceiro na área tecnológica. Fundada em 1976, na Califórnia, por Steve Jobs e Steve Wozniak, está avaliada em mais de 700 mil milhões de dólares. Domina as vendas de aparelhos em mais de 200 centros comerciais em todo o mundo. Tem mais de 50 mil empregados a nível mundial e, apesar de ser uma das mais cobiçadas para se ter um bom emprego, enfrenta acusações de exploração de trabalhadores, especialmente na Ásia.

A EFICIÊNCIA ALEMÃ

A BMW, fabricante alemão de automóveis, com destaque para os de alta cilindrada, surge bem posicionada entre quem estuda Tecnologias. Foi fundada em 1916 e hoje também constrói o famoso Mini e o Rolls-Royce britânico e participa nas corridas de Fórmula 1. Tem fábricas em nove países, incluindo nos EUA, Índia, Egípto, Japão e África do Sul.



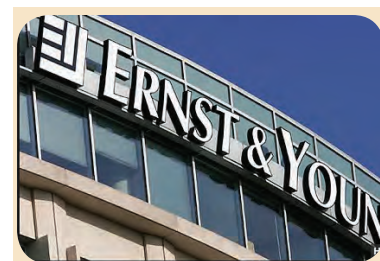
A MAIOR DO MUNDO

A maior empresa do mundo de criação de 'softwares' é a grande rival da Apple. Fundada por Bill Gates, em 1975, a Microsoft aparece em 3.º lugar na área tecnológica, mas nem sequer surge nos 'cinco mais' em Gestão. Mesmo assim, aparece listas como a empresa onde melhor se trabalha. Teve uma importância decisiva no desenvolvimento da informática e pertence-lhe os primeiros computadores pessoais e o 'rato'. Tem um departamento unicamente dedicado à criação de jogos que é também o que mais recebe currículos espontâneos. Adquiriu a Nokia por quase nove mil milhões de dólares e, pelo mesmo preço, já tinha comprado a Skype. Hoje está avaliada em 412 mil milhões de dólares e emprega 89 mil pessoas.



A 'VETERANA'

A International Business Machines (IBM) é mais uma empresa de informática que consolidou prestígio ao longo dos anos, desde que começou por fazer a velhinha máquina de escrever. Nas décadas de 1960 e 1970, quase todo o material de escritório do mundo ocidental tinha a marca IBM. Foi fundada em 1912 e hoje é a maior do mundo em Tecnologias de Informação. Emprega quase 400 mil pessoas em 155 países. Cinco funcionários da IBM já venceram o Prémio Nobel. Foi fundada por Herman Hollerith que inventou máquinas eléctricas para a soma e contagem de dados (as calculadoras de hoje).



A AUDITORIA DESEJADA

A Ernst & Young (EY) dedica-se à consultoria empresarial e, nesta área, é uma das quatro mais importantes do mundo. Mas foi a auditoria que a tornou mais famosa. Nasceu em Londres pelas mãos dos economistas Alwin C Ernst e Arthur Young. Hoje está presente em 150 países, com mais de 750 escritórios e emprega mais de 190 mil pessoas. Aparece nesta lista como uma das mais desejadas para quem estuda gestão.

GESTÃO

- 1 - Google
- 2 - Apple
- 3 - EY
- 4 - Goldman Sachs
- 5 - pwc

TECNOLOGIA

- 1 - Google
- 2 - Microsoft
- 3 - Apple
- 4 - BMW group
- 5 - IBM

África e o G20: o Momento da Verdade



Olusegun Obasanjo

Este ano está a transformar-se num ano de perturbação global. Estamos perante não só a agitação política e a incerteza económica, mas também a assistir à inovação e ao surgimento de novas ideias.

Quem governa enfrenta muitos desafios: desaceleração do crescimento económico, mercados financeiros voláteis, queda dos preços das 'commodities', riscos de economias emergentes (especialmente na China), refugiados e ondas de migrantes, tensões geopolíticas, aumento da desigualdade e da fragmentação social e a ameaça do extremismo violento. É por isso que, num mundo cada vez mais incerto, os líderes políticos devem comprometer-se com um novo multilateralismo saído da cúpula do G20 que se realizou este mês, em Hangzhou, China.

Especificamente, para respeitar o tema do encontro - 'Rumo a uma inovadora, revigorada, interligada e inclusiva economia mundial' - os governos do G20 devem focar-se na estabilidade financeira e no crescimento sustentável dos países desenvolvidos, bem como dos países em desenvolvimento, especialmente em África. Uma cimeira bem sucedida requer governos dispostos a reafirmar - e expandir - compromissos em quatro áreas.

Primeiro, os países do G20 devem reconhecer que a energia, clima e desenvolvimento estão estreitamente inter-relacionados e, por isso, devem deixar de subsidiar as emissões de carbono. Muitos países do G20 gastam actualmente biliões de dólares a subsidiar os esforços à procura de novas reservas de carvão, petróleo e gás. Ao invés de usar o dinheiro dos contribuintes para reforçar as alterações climáticas, esses governos devem colocar o custo do carbono fora do mercado através de impostos (um imperativo que é especialmente relevante para a África, que vai pagar o preço mais alto para



potenciais catástrofes climáticas, apesar de ter contribuído muito pouco para o problema).

Na cimeira de 2009 do G20, em Pittsburgh [EUA], os governos concordaram em "racionalizar e eliminar gradualmente os subsídios aos combustíveis fósseis a médio prazo que incentivem o consumo perdulário". O G20 deve agora seguir com esse compromisso e definir um calendário claro para pôr fim aos subsídios aos combustíveis, incluindo a plena transparência sobre esses gastos a partir de 2017 e uma proibição de subsidiar a exploração e produção até 2018.

Em segundo lugar, o G20 deve comprometer-se na luta contra a evasão fiscal e em desvendar o sistema obscuro de paraísos fiscais e empresas de fachada (trazido à luz no início deste ano pelos 'Papéis do Panamá') que os usam para bombear o dinheiro para fora de África. De acordo com o Painel de Alto Nível da União Africana sobre os fluxos ilícitos, presidido pelo ex-presidente sul-africano Thabo Mbeki, África perde mais de 50 mil milhões de dólares por ano por causa dos fluxos financeiros ilícitos. O G20 deve incentivar as medidas de divulgação fiscal, evitar a criação de empresas de fachada, intensificar os esforços para combater a lavagem de dinheiro e estabelecer registos públicos de propriedades de empresas.

O G20 e a OCDE já delinearão

medidas para combater métodos para evitar a fuga aos impostos. Estes esforços devem ser acelerados e a comunidade internacional deve apoiar os países africanos para reduzir os fluxos financeiros ilícitos, especialmente através de facturação comercial imprópria e para reforçar a administração fiscal e aduaneira. O G20 deve a África uma solução credível e eficaz para este problema. Em terceiro lugar, os países do G20 devem apoiar a agricultura e as pescas em África. A produção de alimentos, em África, é actualmente tão subfinanciada e excluída dos serviços financeiros que o continente importa o correspondente a 35 mil milhões de dólares de produtos alimentares por ano. E África tem amplos recursos naturais para se alimentar e exportar para o resto do mundo se esse potencial for desbloqueado.

Dois terços dos africanos dependem da agricultura ou das pescas para a sua subsistência. Mas a pesca ilegal ao largo das costas de África atingiu proporções epidémicas, privando as comunidades costeiras de rendimentos e oportunidades. A corrupção e a pesca ilegal não reconhecem fronteiras nacionais; exigem uma resposta internacional.

Os membros do G20 devem classificar a pesca ilegal como um crime transnacional e colocá-lo sob a jurisdição da Interpol, envolvendo polícia, serviços aduaneiros

e ministérios da Justiça que jogam um papel mais activo. Dado que a pesca ilegal representa uma forma de roubo de receitas nacionais comparáveis à evasão fiscal, o G20 tem motivos para agir.

Quanto à agricultura, os governos do G20 devem acompanhar, através de compromissos assumidos na Cimeira de Pittsburgh, o aumento do financiamento para os países em desenvolvimento em 21 mil milhões de dólares. Manter essa promessa é um dever.

Finalmente, o G20 deve ajudar no financiamento de energia em África - estimado em 55 mil milhões de dólares por ano até 2030 - e apoiar a produção de energia renovável no continente. O aumento da produção de energia em África iria aumentar o crescimento económico dos países africanos e, por sua vez, da economia mundial como um todo. Além do mais, o desenvolvimento de fontes de energia de baixo carbono, em África, permitiria evitar o modelo de crescimento intensivo em carbono adoptado pelos países ricos e de outros mercados emergentes, especialmente da Ásia.

O G20 já estabeleceu o financiamento de infra-estruturas africanas como uma prioridade e os países doadores têm desenvolvido uma série de mecanismos de financiamento privado para esse esforço. Devem agora reforçar esses instrumentos.

A Cimeira de Hangzhou representa um momento de verdade para os governos do G20 que fizeram compromissos com África. Através dessas promessas, iriam ajudar a impulsionar a industrialização do continente e inclusive poderiam promover um maior crescimento sustentável a nível global. Como Kofi Annan tem dito repetidamente, "as únicas promessas que importam são aquelas que são mantidas".

Antigo presidente da Nigéria, actual líder da Tana Fórum e membro do Painel do Progresso de África.

África perde mais de 50 mil milhões de dólares por ano por causa dos fluxos financeiros ilícitos. O G20 deve incentivar as medidas de divulgação fiscal, evitar a criação de empresas de fachada, intensificar os esforços para combater a lavagem de dinheiro e estabelecer registos públicos de propriedades de empresas.

Internacional

FAMILIARES DAS VÍTIMAS QUEREM INDEMNIZAÇÕES, MAS EUA REJEITA

15 anos depois, ataques não são perdoados

TERRORISMO. As feridas deixadas pelos ataques a Nova Iorque, a 11 de Setembro de 2001, demoram a sarar. As famílias das vítimas querem processar e pedir indemnizações à Arábia Saudita. Mas o velho aliado, os EUA, não deve apoiar. Os efeitos económicos ainda se fazem sentir hoje.



Barack Obama receia ofender a Arábia Saudita.

Por Emídio Fernando

Barack Obama não está interessado em 'patrocinar' um processo em que as famílias das vítimas doa ataques de Nova Iorque que rem mover contra a Arábia Saudita. A proposta até foi aprovada em Maio, pelo Senado, que gostaria que o processo fosse desencadeado antes de se assinalar o 15.º aniversário dos ataques que fizeram mais de três mil mortos. Faltava apenas a anuência da Câmara dos Representantes. Em conferência de imprensa, mesmo antes dessa votação, a Casa Branca fez saber da indisponibilidade do presidente dos EUA em apoiar a iniciativa.

A Arábia Saudita é processada por ter apoiado, anos antes, a criação e o

crescimento da Al-Qaeda e por todos os 19 atacantes terem a nacionalidade saudita. No entanto, o país é o principal aliado político e o parceiro fundamental de negócios dos EUA no Médio Oriente. Segundo escrevem os jornais norte-americanos, Barack Obama está preocupado com as consequências que poderiam afectar as relações entre os dois países. Um ministro saudita avisou que uma medida dessas poderia indicar que os EUA estariam a "atacar imunidades estrangeiras".

Antes da votação, o Congresso divulgou um documento em que estabelece relações entre o grupo de atacantes e o governo saudita. A teoria nem sequer é nova. Investigadores e historiadores, nos inúmeros trabalhos sobre a Al-Qaeda, sempre ligaram Osama bin Laden a governantes e empresas da Arábia Saudita,

O grupo de advogados que conduz o processo das vítimas não aceita os argumentos de Barack Obama e

garante que a lei não se pode virar contra os EUA, desde que estes "não estejam a financiar organizações terroristas e a matar pessoas".

Ontem, assinalou-se mais uma data dos ataques às Torres Gémeas, numa acção que mudou o modo de agir do mundo ocidental e provocou efeitos económicos devastadores, sobretudo nos EUA e, em especial, em Nova Iorque.

3

Mil pessoas morreram nos ataques a Nova Iorque, em Setembro de 2001

As bolsas estiveram encerradas uma semana e quando abriram o Dow Jones, índice do mercado de acções, tinha caído 684 pontos. O distrito de Nova Iorque perdeu, em três meses, mais de um milhão de postos de trabalho, nas mais diversas áreas, cujos salários contabilizavam quase três mil milhões de dólares. Mais de 18 mil empresas fecharam ou foram transferidas para os outros Estados.

O Governo Federal chegou a conceder empréstimos de 11,2 mil milhões de dólares em assistência imediata e depois mais de 10 mil milhões, já em 2002, para reiniciar projectos de desenvolvimento.

Além disso, o espaço aéreo norte-americano foi fortemente atingido. Esteve fechado por vários dias e, nos três meses seguintes, o número de viagens de avião foi caiu mais de 20%.

Nos estudos económicos, ficaram de fora os custos militares que se seguiram a 11 de Setembro. Os EUA desencadearam uma guerra que os levou a invadir e a colocar militares no Afeganistão e Iraque e ainda a reforçar a presença em países como a Jordânia, Kuwait, Turquia, Índia e Paquistão.

O mentor 'ideológico' do 11 de Setembro, o também saudita Osama bin Laden, viria a ser morto, a 2 de Maio de 2011, num refúgio numa aldeia do Paquistão.

Documentos dos serviços secretos norte-americanos, divulgados em 2008, davam conta que a preparação dos atentados já vinham de longe. Um porta-voz dos talibã, o grupo afegão fiel a bin Laden, explicava que os atentados às embaixadas no Quênia e Tanzânia eram apenas um prelúdio do que viria a acontecer. Nesses ataques, camiões, carregados de explosivos, rebentaram no espaço de minutos em Nairóbi e Dar-es-Salam, matando 207 pessoas, mas apenas 12 norte-americanos. O mais destrutivo foi o da capital queniana, com perto de 200 mortos e quatro mil feridos. Na Tanzânia, morreram 11 pessoas.

Apesar de a esmagadora maioria das vítimas ser africana, os EUA perceberam que eram o verdadeiro alvo e, pela primeira vez, o FBI colocou bin Laden na lista dos dez criminosos mais procurados. Implicados nos atentados em África estiveram militantes locais da Jihad Islâmica, do egípcio Ayman al-Zawahiri, sucessor de Bin Laden à frente da Al-Qaeda depois da morte deste em 2011.

EVASÃO FISCAL

'Panamá' em livro

Os dois jornalistas que iniciaram a investigação dos famosos 'Papéis do Panamá', Bastian Obermayer, de 37 anos, e Frederik Obermaier, de 32, publicaram um livro sobre a maior fuga de documentos da história. A edição em português já foi apresentada em Lisboa, Portugal.

Os dois jornalistas alemães, a trabalhar no jornal Süddeutsche Zeitung (SZ), revelam tudo sobre a empresa Mossack Fonseca, sediada no Panamá, as empresas 'offshore', a fraude fiscal, o branqueamento de capitais e a corrupção. Ao todo, são mais de 11,5 milhões de documentos, do escritório de advogados Mossack Fonseca que foram parar às mãos dos dois irmãos, através de uma fonte anónima chamada 'John Doe' ('Senhor Fulano de Tal' em português). Devido à partilha dos documentos, os dois jornalistas promoveram uma investigação com o Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação, que resultou num trabalho, à escala global, que durou mais de um ano e envolveu mais de 70 jornalistas dos principais jornais do mundo.

Em português, o livro tem o título 'Panamá Papers - A História de um Escândalo Mundial' e foi publicado pela editora Objectiva.



O PARTIDO Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) vai dar liberdade de voto nas eleições presidenciais de Outubro, depois de não ter surgido nenhuma candidatura na sua área política.



O EX-PRIMEIRO-MINISTRO português António Guterres venceu a 4.ª votação informal e secreta que decorreu sexta-feira em Nova Iorque, segundo fontes diplomáticas na sede da ONU citadas pela Reuters.



PARA OS EUA

Fórmula 1 muda de mãos

A organização da Fórmula 1 vai mudar de dono e passa a ser controlada pela 'holding' norte-americana Liberty Media, numa operação avaliada em oito mil milhões de dólares.

No entanto, Bernie Ecclestone, mesmo com 85 anos, vai, para já, continuar como director operacional, mas todos os analistas estão a antecipar alterações profundas a médio prazo.

O negócio estava a ser preparado há vários meses, mas a Liberty Media comprou, finalmente, as acções que lhe permitem ter o controlo da Fórmula 1. Quem vendeu as acções foi a empresa de investimentos CVC Capital, que controlava a mais famosa e milionária competição de automóveis há cerca de 10 anos.

A prioridade da Fórmula 1 — como empresa — vai ser a conquista de novos públicos e de audiências. A Liberty Media poderá, acreditam os analistas, produzir alterações na modalidade para a tornar mais do agrado do público norte-americano, onde a modalidade tem actualmente uma expressão menor.

GUINÉ-BISSAU

À procura da paz política

O presidente do movimento da sociedade civil da Guiné-Bissau, Jorge Gomes, desaconselha a formação de um governo de consenso entre os principais partidos e defendeu um entendimento entre os dirigentes do PAIGC. A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) propôs a criação de um novo governo

do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e Partido da Renovação Social (PRS), incluindo um grupo de 15 deputados dissidentes do PAIGC.

Para o presidente do Movimento, uma plataforma que junta mais de 100 organizações, um governo nesses moldes “não irá resultar, tendo em conta o desentendimento entre os dois partidos”. “As relações azedaram”, afirmou Jorge Gomes, realçando que seria melhor se o presidente José Mário Vaz devolvesse o poder

ao PAIGC - enquanto partido vencedor das últimas eleições legislativas - ou então que incentivasse o diálogo interno no partido.

Jorge Gomes anunciou que vai tentar convencer a direcção do PAIGC a sentar-se à mesa das negociações com os 15 dissidentes para que voltem ao partido e possam ser integrados no futuro governo. A CEDEAO manifestou-se pronta a apoiar e a financiar as reformas da Constituição guineense, a lei eleitoral, serviços judiciais e a defesa e segurança do país.



Jorge Gomes preocupado com o futuro governo.



Alejandro Werner quer melhor ajuste fiscal

NO BRASIL

FMI quer mais impostos

O director do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Hemisfério Ocidental, Alejandro Werner, alertou que o Brasil precisa de um ajuste fiscal “mais forte” e de enviar sinais de que está comprometido com isso. “Todas as economias da América Latina estão numa situação fiscal mais fraca do que se esperava (...) Há algumas economias que precisam de um programa gradual de ajuste, e há aquelas que precisam de um ajuste mais forte, como o Brasil”, disse, na 20.ª conferência anual do Banco de Desenvolvimento da América Latina, em Washington.

Para o economista, citado pelo jornal O Globo, os problemas fiscais são também derivados da mudança

do cenário global, que acabou com o ciclo de altos preços das ‘commodities’.

Para o responsável do FMI, a situação de fragilidade dos países da zona gera riscos notáveis depois de “a classe política latino-americana se ter acostumado a governar em tempos de abundância” na década passada.

Em Julho, o FMI previu que a América Latina terminará o ano em recessão, pelo segundo ano consecutivo, com um crescimento negativo de 0,4%.

O economista alertou que o Brasil sofre por ter taxas de juro muito elevadas por muito tempo e criticou os problemas entre o governo e os estados sobre dívidas e financiamento.

Augusto De La Torre acrescentou que parece existir um grupo de economistas que crê que se o Brasil chegar a um acordo político para o ajuste fiscal, tal pode gerar credibilidade e uma diminuição dos juros.

MOÇAMBIQUE

Pão ‘congelado’

O governo moçambicano e os industriais da panificação assinaram um acordo para travar o aumento do preço do pão até Março do próximo ano. O ministro da Indústria e Comércio, Max Tonela, revelou que o acordo para o congelamento do preço do pão segue-se a um entendimento alcançado em Julho entre o Ministério da Indústria e Comércio e a Associação Moçambicana de Panificadores (Amopao), que prevê uma compensação do governo aos industriais do sector pelo au-

mento do custo das matérias-primas. Em Julho, o governo anunciou a remoção do IVA e de taxas administrativas na indústria do pão, como forma de impedir a subida de preço e aliviar o custo de vida.

A última vez que o país registou uma subida no preço do pão foi em Outubro de 2015. Em 2010, o aumento do pão e de outros produtos básicos provocou uma revolta popular em Maputo, que degenerou em confrontos com a polícia, que provocaram a morte de várias pessoas.

Max Tonela apontou a necessidade de garantir o abastecimento em bens de primeira necessidade e a defesa do interesse do consumidor



Governo quer evitar manifestações por causa do pão.

Ambiente

FOGOS NAS MATAS E NAS CIDADES PREJUDICAM O AMBIENTE

Entre a sobrevivência e a indisciplina

ECOLOGIA. Ambientalistas alertam que queimadas são prejudiciais e que devem ser evitadas. Assim como queima dos lixos na cidade. Ao VE, o engenheiro Novais Kimbanda recomenda cuidados e outras soluções.

O especialista alerta que, quando se produz o gás metano, se contamina o espaço geográfico, provocando problemas cancerígenos.



1992

Ano em que se realizou a cimeira da terra, no Rio de Janeiro, Brasil, na qual se estabeleceram regras sobre o ambiente.

urbanas é o lixo, já que nas rurais “conseguem confinar e controlar” o que prefere chamar de resíduos sólidos. Novais Kimbanda chama a atenção para o perigo a que se expõe quem queima resíduos: “o lixo é uma grande composição química de resíduos, estamos a queimar cartão, vidro, plástico, metais, matérias fermentáveis, etc...”. Estes são alguns dos sólidos cuja composição química é, só para dar um exemplo, gás metano, CO₂, hidrogénio, aniões de enxofre. Enquanto se produzem estes compostos, refere, contamina o espaço geográfico, provocando problemas cancerígenos.

O ambientalista observa que “só é lixo quando está depositado em lugares impróprios. Em lugar certo (no contentor) é matéria-prima”.

Os técnicos ambientais denominam ‘MOF’ (Matéria Orgânica Fermentável) que são os restos de comida, e isto, se for adequadamente tratado, “num compostor” que serve para fertilizante natural, sem elementos químicos que possam prejudicar os solos. Do lixo pode produzir-se também fornecimentos básicos como a electricidade e gás butano, revela o engenheiro, por essa razão, aliás, prefere chamar de “matéria-prima”.

De acordo com o especialista, para se chegar a esse ponto, o primeiro passo a reter é a formação

Por Pihia Rodrigues

O fenómeno das queimadas tende a agudizar-se, tanto em zonas rurais, como nas urbanas, com motivações diferentes, mas com consequências comuns desastrosas para a biodiversidade. Uns praticam-no para garantir a sobrevivência, outros, por “indisciplina social”, considera o engenheiro ambiental Novais Kimbanda, que apresenta uma solução (que não seja a queima) rentável de gestão de resíduos sólidos através dos 3 R: reduzir, reutilizar e reciclar.

Novais Kimbanda reconhece, em entrevista ao VE, que as queimadas são “consequência da luta pela sobrevivência do homem no campo”, exemplificando com a caça furtiva de que muitos se servem, queimando alguns metros de floresta para facilitar a captura de animais e “resolver o problema da fome”.

As causas da queima no meio rural têm que ver, sobretudo, com o que considera ser “indisciplina social”, porque há quem queime, acrescenta, para “criar condições adversas ao meio”. “O objectivo é mesmo destruir”, reforça. Exemplifica que o caçador, por vezes, “queima uns cem metros só porque está à caça de um rato”. “É insustentável”, refere.

As consequências dessa queima são, por exemplo, a poluição da tro-

posfera (a camada da atmosfera em que vivemos e respiramos) com a produção do CO₂ (dióxido de carbono). A incineração “degrada também os solos”, o que faz com que diminua a produtividade destes. Em terceiro lugar, o resultado das queimas cria a dispersão dos animais desse meio geográfico, que fazem do espaço o seu ‘habitat’. Portanto, remata, condiciona a biodiversidade completa.

QUEIMAR LIXO É CRIME!

Novais Kimbanda lembra que a outra queima, no meio citadino, a do lixo “não é uma solução para a gestão de resíduos sólidos, antes pelo contrário”. “É um crime”.

O engenheiro e mestre ambiental recorda que a situação “desagradável” característica nas zonas

MEMORIZE

● **Novais Kimbanda** entende que o novo regime de gestão de resíduos sólidos em Luanda, o de produtor-pagador, adoptado pelo Governo Provincial, devia ser precedido de uma consulta pública. “Deve-se fazer um estudo científico para se atingir uma capitação (a média ‘per capita’ de lixo que uma família produz) para o justo pagamento do que se produz. O ambientalista concorda com a medida, mas sugere a consulta pública. Lembra que os problemas ambientais devem sempre ser precedidos de uma consulta, como recomenda a cimeira da terra, que se realizou no Rio de Janeiro, em 1992. A regra estabelece que todos os aspectos de impacto ambiental é necessário uma consulta pública para se chegar a um consenso em relação a um determinado fenómeno.

de quadros da área e a consequente construção de infra-estruturas, como adoptar a tecnologia, e, a partir daí, fazer o uso racional dos resíduos sólidos. Reconhece que as infra-estruturas não são baratas, mas podem compensar com a venda da produção daí adveniente.

O ambientalista recomenda que se faça uso da política dos 3 R: reduzir (a partir da fonte), reutilizar e reciclar. Como exemplo, de redução recorre aos sacos de pães que podem ser evitados a partir do ponto de venda, levando sacolas de pano. Ou seja, “cada família angolana deve criar um saco de pão”, aconselha, porque, depois de comprar o pão com o saco descartável, normalmente, vai para o lixo, “razão pela qual”, alerta, “o saco é o resíduo predominante no lixo”.

Educação & Tecnologia

APÓS SEMESTRES COM QUEDA DE VENDAS

Apple lança iPhone 7

TELECOMUNICAÇÕES. Novos 'smartphones' da Apple foram lançados a semana passada. 'iPhone 7' e '7 Plus', disponíveis desde a semana, trazem fones 'wireless'.



A capacidade de armazenamento dos novos 'iPhone 7' é de entre 32 gigabytes e 256 gigabytes.

A

nova versão do 'smartphone' da gigante tecnológica Apple, os 'iPhone 7' e o '7 Plus', foi lançada na quinta-feira, pelo director executivo, Tim Cook, durante o evento anual em que são apresentados novos produtos.

A actualização do 'iPhone' é bastante desejada, por fãs e investidores, já que, pela primeira vez desde que o primeiro modelo chegou ao mercado em 2007, as vendas da companhia caíram por dois trimestres consecutivos este ano.

Duas inovações chamam mais a atenção no novo 'iPhone': o aparelho é resistente a água e a poeira

e não tem a entrada 'jack' de 3,5 milímetros, que serve para ligar auriculares. Assim, o acessório será ligado ao 'smartphone' através de conexão sem fios. A alteração procura melhorar a resistência do aparelho à água, proporcionar saída extra de áudio e deixar espaço para uma bateria maior,

769

Dólares, preço do novo 'iPhone 7 Plus' na Europa.

uma das principais reclamações dos consumidores.

Para quem prefere a moda antiga, a Apple desenvolveu um cabo com uma extremidade para a entrada de auscultadores analógicos e a outra para a entrada de carga, permitindo o uso do acessório analógico ao invés do modelo 'wireless' (sem fio).

O 'iPhone 7' vai custar 649 dólares na Europa. A capacidade de armazenamento é de 32 gigabytes, 128 gigabytes ou 256 gigabytes. Já o 'iPhone 7 Plus', com as mesmas opções para guardar dados, custará 769 dólares. Os 'smartphones' estão disponíveis para encomenda desde 9 de Setembro.

O 'iPhone 7' traz ainda bateria e uma câmara de melhor rendimento, além de um processador e capacidade de armazenamento mais potentes. Já a câmara '7 Plus' tem duas lentes, o que confere melhor qualidade à imagem, principalmente em fotos grande angular e 'close'. Segundo analistas, o motivo de apenas a versão Plus trazer essa nova ferramenta é a limitação de materiais para esse novo tipo de câmara.

O telefone também inclui, pela primeira vez, caixas de som 'stereo', uma no topo e outra na parte de baixo do dispositivo, o que emite áudio duas vezes mais alto.

POR 625 MILHÕES DE DÓLARES

Google compra Apigee

A Google anunciou, na semana passada, a compra da produtora de 'software' Apigee num acordo avaliado em cerca de 625 milhões de dólares, que vai fortalecer a área de negócios com computação em nuvem.

A Apigee, sediada nos EUA, produz 'softwares' que ajudam serviços de empresas a interagir com celulares e aplicativos

baseados na Web. "As companhias estão a sair das formas tradicionais de comunicação como chamadas de telefone e, em vez disso, estão a comunicar-se por meio de interfaces de 'software' (API)", disse Dianne Greene, líder da divisão de computação em nuvem do Google.

Os clientes da Apigee incluem as operadoras de telecomunica-

ções AT&T, Vodafone e o Banco Mundial. A empresa abriu o capital em Abril do ano passado, com acções a 17 dólares o papel.

A Google e a empresa de armazenagem de dados Box anunciaram uma parceria que vai integrar o pacote de 'software' para escritórios do Google nos serviços oferecidos pela Box a clientes corporativos.



A Google e a Box anunciaram uma parceria que vai integrar o pacote de 'software' para escritórios.

Marcas & Estilos

Pulsos modernos

Quando se imagina numa lenda, certamente que virá à mente a imagem de Louis Cartier, que faz parte de um mundo onde o tempo certo é ditado apenas por um grupo altamente selecto, com marcas suíças extraordinárias. A Cartier foi criada para pulsos modernos, com inspirações do século XX.

Mesas sonoras

Esta é a sua nova mesa de centro, feita à mão, num design de estilo antigo. Própria para um bom 'mix tape' dos anos 1950, na sala, ao som de um rock, soul, blues ou jazz. Confeccionada com madeira em pó revestido e manualmente pulverizada.

Brincos

Foram inspirados em blocos de construção. Os brincos de argola da Marquise Stone e Pérola Accent transportam diamantes triangulares e são trabalhados em ouro amarelo com 14 quilates, adornado com rosa e pérola.

Atitudes artísticas

A Vanguard é a versão superlativa do clássico norte-americano. Trabalhados por artesãos, usando uma construção exclusiva, os sapatos apresentam os melhores cortes de alguns dos mais raros couros já criados pelo curtume Horween reverenciado em Chicago.

Natural e ousado

Os vestidos da Jade são a forma mais elegante que toda a mulher encontra para arrasar qualquer olhar. Natural e ousado, é feito de gaze com uma traseira baixa que apresenta uma estrutura de 'crochet' único e a cintura elástica com decote profundo em camadas.

Aventuras perfeitas

Equipada com uma lente de 25 milímetros e um grande sensor APS-C CMOS, a câmara compacta da Leica 'XU' capta os menores detalhes com resolução excepcional, mesmo com pouca luz. Este dispositivo é resistente ao choque e à poeira, tornando-o perfeito para aqueles que gostam de tomar as suas aventuras fora de estrada. A construção totalmente impermeável significa que é adequado para mergulhos até 15 metros de profundidade.

TURISMO

Aqaba!

Já pertenceu ao Califado Islâmico, mas, calma, nada de sustos. Hoje, Aqaba tem muito pouco de radicalismos, a não ser a fronteira com Israel e estar na Jordânia, país já com tradições muçulmanas fora do comum. A cidade foi eternizada pelo filme 'Lawrence da Arábia'. Tornou-se um ícone para cinéfilos, mas sobretudo para turistas que gostam de mar e de deserto. É isso que oferece a cidade, a única costeira da Jordânia, com hotéis novos e uma marina de 'encher o olho'. Quando se estiver cansado do cheiro do mar (como se isso fosse possível!), há sempre a alternativa: dormir no deserto em tendas de luxo cujo único tecto é o céu estrelado. Chegar lá é fácil: basta apanhar o avião até Amã.



RESTAURANTE

Comer em pecado

Numa Luanda, recheada de gastronomia africana e portuguesa, há quem resista em oferecer alternativas. Muitas delas até passam por misturar ingredientes de um e de outro lado. É o caso do 'Gula-Gula' que tem uma cozinha invulgar e que faz jus ao pecado da... gula. Só serve em sistema de 'self-service' o que permite aos clientes misturar o que mais lhes apetecer. É um regalo para os vegetarianos com as courgettes grelhadas,

os cogumelos, o milho cozido, as couves e a jimboa salteada, mais a batata-doce, o milho, os ovos cozidos com vários molhos e o arroz de legumes. Mas também há os tradicionais grelhados a moda do Brasil, como a picanha e o frango, e as 'clássicas' refeições angolanas, do peito alto, à carne seca, passando pela moamba. O 'Gula-Gula' pode ser encontrado nos centros comerciais Belas, Avenida e Atrium.



AGENDA/VALORECONÓMICO

LUANDA

DE 6 A 26 DE SETEMBRO

Exposição de artes plásticas de Guilherme Mampuya intitulada 'Nas Vestes Da Sagrada Esperança', no Memorial Dr. António Agostinho Neto.

13 SETEMBRO

7.ª Edição de 'Há Teatro no Camões' com o lançamento do livro 'A Empresa na Cultura O Teatro Amador e a Criação de Novos Públicos da Cultura' de Carmem Zita Monereo.

13 E 14 DE SETEMBRO

O Centro de Estudo de Direito Público da Universidade Agostinho Neto vai realizar a 1.ª Bienal de Direito da Saúde, no Memorial Dr. António Agostinho Neto.

16 DE SETEMBRO

O músico Paulo Flores actua no Miami Beach, na Ilha de Luanda.

17 DE SETEMBRO

2.ª Edição do 'Angola Fashion Awards 2016', no Tamariz, Ilha de Luanda, a partir das 20 horas. Bilhetes a 15 mil kwanzas.

“ Se os 16 clubes que participam no Girabola tivessem xadrez, o país ganharia muitos campeonatos africanos. ”

CORREIA VICTOR MBECO, PRESIDENTE DA ESCOLA MACOVI

“O xadrez não é caro e não gasta rios de dinheiro”

DESPORTO. Criada em 1999, a escola Macovi aposta forte na massificação do desporto nas comunidades. Além de o xadrez ser o cartão-de-visita, dispõe de outras modalidades como ciclismo, futebol salão, karate-dó, andebol, judo e basquetebol. Correia Victor Mbeco não esconde a satisfação pelo sucesso, mas gostaria que o xadrez fosse mais apoiado.

Por Raimundo Ngunza

Como está a escola Macovi?

Em fase de reorganização. A massificação continua, apesar de perder as melhores atletas de Angola e de África. O sucesso reside no espírito de dinamismo, criatividade e força de vencer, apesar das dificuldades. A Macovi foi criada a 25 de Julho de 1999, fruto de um projecto que reunia membros da antiga associação Clube de Amigos do Uíge em Xadrez e surgiu a ideia de criar a Escola Macovi. O nome é uma forma de homenagear o meu falecido avô, Manuel Correia Victor. Temos núcleos no Uíge, Lubango, Lunda-Sul, Malanje e Cunene.

Continua com o projecto da massificação de xadrez nas escolas?

Vai indo, mas não como preten-

díamos. A partir dos três, quatro anos, as crianças já podem dar os primeiros passos no xadrez. Levar o xadrez a todas as escolas é o nosso principal objectivo, em parceria com a Associação Provincial de Luanda. A modalidade já começou a ser uma disciplina em duas escolas. Mas a ideia é chegar a toda a província. O projecto pretende chegar a todas as escolas de Luanda, depois do lançamento na escola 612-C, junto ao ‘Hospital dos Queimados’, que começou em 2014. As aulas são leccionadas em dois períodos, de manhã e à tarde. O programa pretende criar nos alunos hábitos de pensar a longo prazo, incentivá-los a gostar da modalidade e a descobrir novos talentos.

Como foi o processo de Esperança Caxita?

Infelizmente, ela e mais três xadrezis-



Santos Samuessa @ VE

PERFIL

Nome: Marceliano da Conceição Correia Victor Mbeco

Data de nascimento: 26 de Julho de 1965, em Luanda

Estado civil: Solteiro

Cor: Preta

Hoobies: Internet e passear

Prato preferido: Funje com carne e quizaca

Bebida: Sumos e água

Filmes: Acção

Música: Romântica

Modalidade: xadrez

Ídolo: Garry Kasparov

Atletas formadas:

São muitos. Maria Domingos, Esperança Caxita, Valquíria Rocha, Joseleine Baptista, Domingas Tavares.

tas, Maria Domingos, Delfina António e Domingas Tavares, deixaram de fazer parte da escola. Estão a crescer e têm objectivos de vida e a escola não está em condições financeiras para as manter. Houve uma boa proposta do Progresso do Sambizanga. Em troca, recebemos dinheiro que foi utilizado para a compra de um autocarro. Vai ser difícil, mas estamos a trabalhar e a preparar outras campeãs. Com o nosso espírito de dinamismo, criatividade e força de vencer, vamos conseguir ter boas xadrezistas e elevar o sucesso que a escola já ganhou.

Macovi não vive só do xadrez?

Claro que não. Além de o xadrez ser o cartão-de-visita, temos outras modalidades como ciclismo, futebol salão, karate-dó, andebol, judo e basquetebol, os dois últimos com escalão de formação. Não cobramos nada aos atletas.

Qual é a vossa relação com a federação e associação provincial de xadrez?

Com a federação é nula. Apenas se resume a ser institucional, quando participamos em campeonatos nacionais. Nunca recebemos nenhum tabuleiro e muito menos o autocarro prometido pela actual direcção há quatro anos. A Esperança Caxita não conseguiu o título de Grande Mestre por culpa da federação, porque a atleta não realizou qualquer estágio e jogos de preparação. Ela tem muito futuro no xadrez. Na associação, vai acontecer a renovação de mandatos e estamos expectantes quanto às eleições de forma a dar novo rumo à modalidade em Luanda.

Qual é o estado da modalidade?

Está boa. Mas devia ser ainda melhor, caso surgissem mais equipas. Se os 16 clubes que participam no Girabola tivessem xadrez, o país ganharia muitos campeonatos africanos e estaríamos entre os melhores do mundo. Não é cara, o tabuleiro e as peças podem fazer mais de 20 anos de uso, em relação às outras modalidades que gastam ‘rios de dinheiro’.

Quem é o melhor xadrezista angolano de todos os tempos?

Adérito Pedro. Com maior investimento e acompanhamento de uma direcção coesa, seria o nosso primeiro angolano com título de Grande Mestre. A nível mundial, continua ser o russo Garry Kasparov.

A Rússia e a China são países que investem muito na modalidade.

Aceitaria vender a escola Macovi?

Não. A escola Macovi não tem preço. É um projecto que vem da alma. Foi criada na comunidade e vai continuar na comunidade. Temos apoios da administração do bairro ‘Neves Bendinha’ que cedeu o espaço, onde funciona a sede no interior do parque infantil ‘Augusto Ngangula’. Apesar dos apoios da Saigás e Jonce, ainda assim, precisamos, por cada época desportiva, de mais de um milhão de kwanzas. A nossa sala e os escritórios estão em estado de degradação, não há materiais apropriados para aulas de xadrez, como o caso de projectores e computadores, mas, naquele pequeno, espaço temos feito maravilhas.

NÚMEROS DA SEMANA

49,66

Valor em dólar, do preço do Brent, referência para as exportações angolanas, para a entrega em Novembro.

8

Número de empresas públicas que, este ano, tiveram as contas sem reservas, referente ao exercício de 2015, num total de 75 que foram analisadas.

241

Milhões de kwanzas é o valor das receitas aduaneiras arrecadadas, na fronteira de Angola com a Namíbia, no primeiro semestre.

61

Investidores, entre nacionais e estrangeiros, receberam as respectivas parcelas de terra, de 2015 até à presente data, para instalarem as suas unidades fabris no pólo industrial do município da Caála, no Huambo.

VALORES SERÃO DISPONIBILIZADOS POR UM BANCO CHINÊS

516 milhões USD para saneamento

O Ministério das Finanças foi autorizado, pelo Presidente da República, a procurar um banco chinês para garantir o financiamento de 516 milhões de dólares para a expansão de sistemas urbanos de saneamento.

O financiamento será destinado para sete empreitadas para a região de Luanda, aprovadas por decreto presidencial, citado pela Lusa, que passam a estar incluídas no Programa Anual de Investimentos Públicos do Estado.

As obras inserem-se no Programa de Reabilitação e Expansão dos Sistemas Urbanos de Água e Saneamento e o mesmo decreto autoriza a abertura de um crédito adicional suplementar no valor de 12,9 mil milhões de kwanzas, “correspondente a 15% do valor dos contratos”. As sete empreitadas ascendem, no total, a 86,2 mil milhões de kwanzas.

“O ministro das Finanças deve assegurar o enquadramento financeiro junto de uma instituição financeira da China e a disponibilidade dos recursos financeiros necessários para a implementação dos referidos projetos”, lê-se no mesmo documento.

Angola prevê investir, até 2025, no sector da energia e águas, cerca de 29 mil milhões de dólares.



Economia nos 0,6% este ano

A economia de Angola deverá crescer este ano a uma taxa de 0,6%, de acordo com a mais recente previsão da Economist Intelligence Unit (EIU), que menciona o facto de o próprio Governo ter revisto de 3,3% para 1,1% o crescimento económico em 2016.

A EIU, afirma que o sector petrolífero, com uma previsão anterior de crescimento de 4,8%, não deverá crescer mais do que 0,8%, tanto devido ao facto de os preços do barril continuarem em baixa nos mercados internacionais e à fraca produção nacional, que não deverá exceder 1,79 milhões de barris por dia.

O sector não petrolífero deverá ter também um registo baixo, com o Executivo a prever um crescimento de 1,2% contra uma anterior previsão de 2,7%, pelo que o PIB per capita continuará a contrair-se, o que acontecerá pelo terceiro ano consecutivo. Para 2017, a EIU prevê o aumento da taxa de crescimento para 3,0%, devido ao aumento da despesa pública e privada, o que deverá acontecer à medida que os preços do barril tendam a aumentar.

NO ANO PASSADO FOI DISPONIBILIZADO UM MILHÃO DE USD

Angola e RCA em acordo mineiro

A cooperação no domínio mineiro entre Angola e a República Centro-Africana (RCA) pode, a curto prazo, evoluir para um acordo formal, afirmou o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, num encontro com o presidente da Assembleia Nacional da RCA, Karim Abdou Meckassoua.

O ministro manifestou, durante o encontro, a continuação do apoio técnico que Angola presta ao país localizado no centro de África, através da Empresa Nacional de Prospecção, Exploração, Lapidação e Comercialização de Diamantes de Angola (Endiama) e da Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola (Sodiam), na área dos diamantes.

De recordar que em Abril do ano

passado, Angola entregou um lote de equipamentos diversos a RCA, no valor de um milhão de dólares, para exploração artesanal de diamantes e para a busca de soluções de problemas locais (na RCA) no domínio da exploração artesanal de diamantes e na organização da

produção industrial, enquadrados no processo de Kimberley.

O líder da Assembleia Nacional da RCA, Karim Abdou Meckassoua destacou o contributo de Angola no levantamento parcial da venda dos diamantes da RCA, no quadro do processo de Kimberley.



O VALOR ESTA SEMANA

BANCA

Chartered mantém-se

O Banco Standard Chartered, com capitais maioritariamente britânicos, deverá permanecer em Angola, ao contrário de uma aventada hipótese de abandonar o mercado nacional devido a dificuldades de gestão decorrentes da crise que assola o país. O PCA da Ensa, que controla 40% do banco, fala em reforço da presença da instituição em Angola. **pág. 17**



MINEIROS

Diamantes ‘a grosso’

Empresas interessadas em negociar diamantes do mercado artesanal, extraídos por pequenas cooperativas, vão ser obrigadas a comprar o equivalente a quatro milhões de dólares por mês. A medida vem expressa na nova Política de Comercialização de Diamantes Brutos, aprovada por decreto presidencial, no final de Agosto. **pág. 12**

EM NOVEMBRO

Sirius com nova categoria

A sexta edição dos prémios Sirius vai contar com uma nova categoria denominada ‘Prémio Empresa Exportadora’, que visa reconhecer os projectos de investimento que, pelo contributo na balança comercial nacional e pela diversificação da economia, mais se distinguiram. A gala de entrega dos prémios está marcada para o dia 24 de Novembro, em Luanda. **pág. 12**